

## **ANEXO VI - MINUTA DO CONTRATO**

CONCESSÃO onerosa de uso de bem público, com a prestação de serviço de utilidade pública, compreendendo a instalação, operação, gestão e manutenção de RELÓGIOS ELETRÔNICOS DIGITAIS, com o fornecimento, instalação e manutenção de CÂMERAS DE MONITORAMENTO integrada à estrutura dos RELÓGIOS ELETRÔNICOS DIGITAIS, com exclusividade da CONCESSIONÁRIA na exploração publicitária dos RELÓGIOS ELETRÔNICOS DIGITAIS incluídos no Município de Uberlândia, nos termos e condições do EDITAL e de seus ANEXOS.

## CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº [•]

### Processo administrativo [•]

CONTRATO Nº \_\_\_\_\_

**CONTRATO DE CONCESSÃO DE USO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA E A CONCESSIONÁRIA \_\_\_\_\_ COM A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE UTILIDADE PÚBLICA, COMPREENDENDO A INSTALAÇÃO, OPERAÇÃO, GESTÃO E MANUTENÇÃO DE RELÓGIOS ELETRÔNICOS DIGITAIS, COM O FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE CÂMERAS DE MONITORAMENTO INTEGRADA À ESTRUTURA DOS RELÓGIOS ELETRÔNICOS DIGITAIS, COM EXCLUSIVIDADE DA CONCESSIONÁRIA NA EXPLORAÇÃO PUBLICITÁRIA**

O presente contrato é firmado entre o Município de Uberlândia, pessoa jurídica de direito público interno, doravante denominado “PODER CONCEDENTE”, neste ato representado pela Secretaria \_\_\_\_\_, e a CONCESSIONÁRIA \_\_\_\_\_, estabelecida na cidade de \_\_\_\_\_, Estado de \_\_\_\_\_, na Rua \_\_\_\_\_, n.º \_\_\_\_\_ devidamente inscrita no CNPJ sob n.º \_\_\_\_\_, doravante denominada “CONCESSIONÁRIA”, neste ato representada por \_\_\_\_\_, portador do CPF n.º \_\_\_\_\_, credenciado em sua PROPOSTA COMERCIAL, que fica apensa ao presente CONTRATO, fazendo parte integrante do processo acima citado.

As PARTES assim identificadas, pactuam o presente CONTRATO, cuja celebração reger-se-á pela Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Orgânica do Município e demais legislações

aplicáveis, e em especial as cláusulas e as condições fixadas no EDITAL de Licitação nº e seus ANEXOS.

## **1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS DEFINIÇÕES, DA INTERPRETAÇÃO E DOS ANEXOS DESTE CONTRATO**

1.1. Para os fins deste CONTRATO, salvo disposição expressa em contrário, os termos, frases e expressões quando redigidos em caixa alta, sem prejuízo de outras definições, deverão ser compreendidos e interpretados de acordo com o significado atribuído na seção de definições do EDITAL.

1.2. As definições deste CONTRATO serão igualmente aplicadas nas formas singular e plural, exceto quando o contexto não permitir tal interpretação.

1.3. No caso de divergência entre o EDITAL e o CONTRATO, prevalecerá o disposto neste CONTRATO.

1.4. No caso de divergência entre os ANEXOS, prevalecerão aqueles emitidos pelo PODER CONCEDENTE.

1.5. No caso de divergência entre os ANEXOS emitidos pelo PODER CONCEDENTE, prevalecerá aquele de data mais recente.

1.6. No caso de divergência entre os documentos impressos e os gravados em meio magnético, prevalecerão os textos impressos, exceto aqueles documentos que forem originalmente digitais.

1.7. No caso de divergência entre números e sua expressão por extenso, prevalecerá a forma por extenso.

1.8. As referências a lei, decreto, portaria ou resolução neste CONTRATO deverão ser interpretadas como o próprio ato em si ou qualquer outro que vier a substituí-lo.

1.9. A CONCESSIONÁRIA estará sempre vinculada ao disposto no CONTRATO, nos ANEXOS, no instrumento convocatório da CONCESSÃO, na documentação e propostas apresentadas, bem como na legislação e regulamentação brasileiras, em tudo que disser respeito à execução do OBJETO da CONCESSÃO.

1.10. Integram o presente CONTRATO, como PARTES indissociáveis, os seguintes ANEXOS:

- a. ANEXO I - GLOSSÁRIO
- b. ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA

- c. ANEXO III – CROQUIS REFERENCIAIS DOS RELÓGIOS ELETRÔNICOS DIGITAIS
- d. ANEXO IV – LOCAIS DE INSTALAÇÃO DOS RELÓGIOS ELETRÔNICOS DIGITAIS E CÂMERAS DE MONITORAMENTO
- e. ANEXO V – MODELOS E DECLARAÇÕES.

## **2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO E METAS**

2.1. O OBJETO deste CONTRATO é a CONCESSÃO onerosa de uso de bem público, com a prestação de serviço de utilidade pública, compreendendo a instalação, operação, gestão e manutenção de RELÓGIOS ELETRÔNICOS DIGITAIS, com o fornecimento, instalação e manutenção de CÂMERAS DE MONITORAMENTO integrada à estrutura dos RELÓGIOS ELETRÔNICOS DIGITAIS, com exclusividade da CONCESSIONÁRIA na exploração publicitária dos RELÓGIOS ELETRÔNICOS DIGITAIS incluídos no Município de Uberlândia, nos termos e condições do EDITAL e de seus ANEXOS.

2.1.1. A CONCESSIONÁRIA deverá realizar a prestação dos SERVIÇOS obedecendo aos seguintes quantitativos:

- a. Instalação, operação, gestão e manutenção de 70 (setenta) RELÓGIOS ELETRÔNICOS DIGITAIS, nos locais indicados no ANEXO IV – LOCAIS DE INSTALAÇÃO DOS RELÓGIOS ELETRÔNICOS DIGITAIS E CÂMERAS DE MONITORAMENTO com o fornecimento, instalação e manutenção de 1 (uma) CÂMERAS DE MONITORAMENTO integrada à estrutura de cada um dos RELÓGIOS ELETRÔNICOS DIGITAIS;
- b. Exploração publicitária de 70 (setenta) RELÓGIOS ELETRÔNICOS DIGITAIS.

2.2. Os SERVIÇOS deverão ser prestados no território do Município de Uberlândia, de modo adequado, na forma disposta neste EDITAL, em seus ANEXOS e nas normas pertinentes, bem como da documentação apresentada pela ADJUDICATÁRIA, sob a regulação e a fiscalização do PODER CONCEDENTE por intermédio de órgão ou ente público da Administração Direta e/ou Indireta, sob a forma de ato executivo de delegação.

2.3. O modo, a forma, as condições de prestação, os critérios, os indicadores e os parâmetros definidores da qualidade dos SERVIÇOS a serem prestados nos locais objeto da CONCESSÃO, estão dispostos neste CONTRATO e em seus ANEXOS, em especial no ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA.

2.4. Esta CONCESSÃO tem por meta a adequada utilização do uso de espaço público com a qualidade na prestação de SERVIÇO, considerando como tal aquele que satisfaça às condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, generalidade, conforto, funcionalidade, cortesia na sua prestação e atualidade, a qual compreende a modernidade das técnicas, do equipamento e de sua instalação.

### **3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DO CONTRATO, INÍCIO DOS SERVIÇOS E DO PAGAMENTO DA OUTORGA**

3.1. O prazo da CONCESSÃO será de 20 (vinte) anos, contados da DATA DA ORDEM DE INÍCIO.

3.1.1. A prorrogação deste CONTRATO será considerada apenas para efeito de reequilíbrio econômico-financeiro à CONCESSÃO, observados os termos e condições fixados no EDITAL e seus ANEXOS.

3.2. A DATA DA ORDEM DE INÍCIO e a consequente assunção dos SERVIÇOS, dar-se-á após atendidas as condições previstas no EDITAL e ANEXOS, especialmente aquelas contidas na cláusula 3.3.

3.3. São condições para a emissão da ORDEM DE INÍCIO pelo PODER CONCEDENTE, além daquelas previstas no EDITAL para a assinatura do CONTRATO:

- a. Apresentação do PLANO DE IMPLANTAÇÃO e do PLANO DE MANUTENÇÃO pela CONCESSIONÁRIA e respectiva aprovação pelo PODER CONCEDENTE;
- b. Pagamento da parcela de 20% (vinte por cento) do valor da PROPOSTA COMERCIAL, equivalente à OUTORGA fixa inicial do CONTRATO.

3.4. A CONCESSIONÁRIA deverá elaborar e apresentar o PLANO DE IMPLANTAÇÃO e o PLANO DE MANUTENÇÃO ao PODER CONCEDENTE em até 45 (quarenta e cinco) dias contados da data de publicação do extrato do CONTRATO no DOM.

3.4.1. O PODER CONCEDENTE deverá aprovar o PLANO DE IMPLANTAÇÃO e o PLANO DE MANUTENÇÃO em até 30 (trinta) dias de sua apresentação ou poderá, neste mesmo prazo e desde que motivadamente, solicitar à CONCESSIONÁRIA esclarecimentos e ajustes em relação ao PLANO DE IMPLANTAÇÃO e/ou ao PLANO DE MANUTENÇÃO, caso identifique que estes não atendem a todas as obrigações do EDITAL e seus ANEXOS;

3.4.2. Nesta última hipótese, a CONCESSIONÁRIA esclarecerá ou procederá com os ajustes ao(s) referido(s) plano(s) em prazo de até 10 (dez) dias contados da solicitação feita pelo PODER CONCEDENTE.

3.4.3. O PODER CONCEDENTE, a partir de então, conta com 10 (dez) dias para se manifestar sobre a aprovação do PLANO DE IMPLANTAÇÃO e/ou PLANO DE MANUTENÇÃO.

3.4.4. A não manifestação do PODER CONCEDENTE ao longo dos prazos previstos implicará a aceitação tácita dos planos.

3.4.5. Após a DATA DA ORDEM DE INÍCIO, o PLANO DE IMPLANTAÇÃO e o PLANO DE MANUTENÇÃO poderão ser alterados de comum acordo entre as PARTES, observado o interesse público, ou unilateralmente pelo PODER CONCEDENTE, assegurado o equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.

3.5. A CONCESSIONÁRIA deverá respeitar todos os prazos previstos em CONTRATO, bem como aqueles intermediários determinados em seu PLANO DE IMPLANTAÇÃO e PLANO DE MANUTENÇÃO, elaborados conforme as diretrizes do ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA.

3.6. O rito estabelecido na Cláusula Sétima do CONTRATO confere à CONCESSIONÁRIA o direito de explorar publicitariamente os RELÓGIOS ELETRÔNICOS DIGITAIS, OBJETO da CONCESSÃO, nos termos e condições estabelecidos no CONTRATO.

3.7. A CONCESSIONÁRIA poderá, a seu critério, antecipar as obrigações relativas à CONCESSÃO, que constam neste CONTRATO e no ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA, assumindo, integralmente, os riscos, ônus e bônus de tal antecipação.

3.8. A CONCESSIONÁRIA pagará ao PODER CONCEDENTE o valor consignado em sua PROPOSTA COMERCIAL a título de OUTORGA FIXA, no montante de R\$ \_\_\_\_\_, observadas as seguintes condições de pagamento:

3.8.1. Do valor total da OUTORGA FIXA, 20% (vinte por cento) deverão ser quitados em parcela única, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da assinatura do CONTRATO.

3.8.2. O valor remanescente, equivalente a 80% (oitenta por cento) da OUTORGA FIXA, será pago em 18 (dezoito) parcelas anuais, iguais e sucessivas, com início no 25º (vigésimo quinto) mês subsequente à assinatura do CONTRATO, devendo cada parcela ser quitada até o 5º (quinto) dia útil do mês correspondente ao vencimento anual.

3.8.3. Sobre os pagamentos efetuados após as respectivas datas de vencimento incidirão multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata die*, sem prejuízo das demais sanções contratuais aplicáveis.

3.8.4. Todos os valores referentes à OUTORGA FIXA e demais pagamentos devidos à Administração Pública serão reajustados anualmente pelo IPCA/IBGE ou, na hipótese de sua extinção, por outro índice oficial que venha a substituí-lo.

3.8.5. O reajuste ficará suspenso até o 12º (décimo segundo) mês contado da data de apresentação da PROPOSTA COMERCIAL, ocasião em que incidirá o índice acumulado do IPCA/IBGE no período.

#### **4. CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR DO CONTRATO**

4.1. O Valor do CONTRATO é de R\$ 48.855.781,00 (quarenta e oito milhões, oitocentos e cinquenta e cinco mil, setecentos e oitenta e um reais), corresponde ao valor estimado pelo PODER CONCEDENTE para a soma dos investimentos de capital para a instalação, manutenção, gestão e operação dos RELÓGIOS ELETRÔNICOS DIGITAIS e CÂMERAS DE MONITORAMENTO, bem como as despesas diretas e indiretas associadas aos referidos equipamentos, durante todo o período do CONTRATO.

4.2. Para efeitos de atualização monetária, o valor do CONTRATO e os valores nele constantes, inclusive o valor de multa da Subcláusula 12.9, será reajustado anualmente pelo IPCA/IBGE ou, em caso de sua extinção, por índice que o substitua, sendo o primeiro reajuste calculado após o transcurso de 12 (doze) meses contados da data de recebimento dos ENVELOPES.

4.3. O valor do CONTRATO é estimado e tem efeito meramente indicativo, não podendo ser utilizado pelas PARTES, em qualquer hipótese, para pleitos de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro no âmbito da CONCESSÃO.

#### **5. CLÁUSULA QUINTA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

5.1. A CONCESSIONÁRIA deverá prestar GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO em favor do PODER CONCEDENTE, na forma disposta no EDITAL, no valor de R\$ 1.465.673,43 (um milhão, quatrocentos e sessenta e cinco mil, seiscentos e setenta e três reais e quarenta e três centavos) equivalente ao percentual de 3% (três por cento) do valor do CONTRATO, durante toda a vigência do CONTRATO, devendo ser renovada anualmente pela CONCESSIONÁRIA.

5.2. A GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO assegurará o fiel cumprimento do CONTRATO pela CONCESSIONÁRIA e poderá ser executada para cobrir os seguintes eventos:

- a. ressarcimento de custos e despesas incorridas pelo PODER CONCEDENTE em face da omissão ou inadimplemento contratual pela CONCESSIONÁRIA;
- b. devolução dos BENS REVERSÍVEIS em desconformidade com as exigências aplicáveis;
- c. não pagamento das multas que forem aplicadas à CONCESSIONÁRIA, razão da recusa ou falha em realizar o pagamento dentro do prazo máximo concedido pelo PODER CONCEDENTE ou nos prazos explicitamente fixados neste CONTRATO.
- d. prejuízos causados pela CONCESSIONÁRIA aos usuários pelos quais o PODER CONCEDENTE venha a ser responsabilizado solidariamente;
- e. A rescisão unilateral do CONTRATO por parte da CONCESSIONÁRIA.

5.3. Se o valor das multas contratuais eventualmente impostas à CONCESSIONÁRIA for superior ao valor da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, além da perda desta, a CONCESSIONÁRIA responderá pela diferença e pela reposição do valor integral da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO.

5.4. Sempre que utilizada a GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA deverá recompor o seu valor integral, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da utilização, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste CONTRATO.

5.4.1. A recomposição de que trata a cláusula 5.4 poderá ser efetuada pela CONCESSIONÁRIA mediante a complementação da garantia existente ou a contratação de nova(s) garantia(s), de maneira que o valor total da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO seja sempre equivalente ao montante total definido neste CONTRATO.

5.5. A GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO poderá assumir qualquer das seguintes modalidades:

- a. caução em dinheiro, em moeda nacional, depositada em conta corrente a ser indicada pelo PODER CONCEDENTE;



- b. caução em títulos da dívida pública brasileira, não gravados com cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade, nem adquiridos compulsoriamente, registrados em sistema centralizado de liquidação e custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil;
- c. seguro-garantia, fornecido por companhia seguradora nacional ou estrangeira autorizada a funcionar no Brasil, com a apresentação da respectiva certidão de regularidade da SUSEP, vigente;
- d. fiança bancária, fornecida por instituição financeira nacional ou estrangeira autorizada a funcionar no Brasil, com classificação em escala nacional superior ou igual a "AA2.br", "brAA-" ou "AA-(bra)", conforme divulgado pelas agências de risco Moody's, Standard & Poors ou Fitch, em favor do PODER CONCEDENTE; ou
- e. combinação das alíneas anteriores.

5.5.1. Caso a CONCESSIONÁRIA opte por prestar a GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO por meio da modalidade Fiança Bancária, eventual prorrogação ou substituição deverá ser providenciada com antecedência ao seu vencimento, independentemente de notificação.

5.5.2. A caução em moeda corrente será recolhida no Tesouro Municipal, em horário e local a serem definidos.

5.5.3. Para a GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO prestada na modalidade caução em títulos da dívida pública federal, serão admitidos apenas Tesouro Prefixado (Letras do Tesouro Nacional - LTN); Tesouro Selic (Letras Financeiras do Tesouro - LTF), Tesouro IGPM + com juros semestrais (Notas do Tesouro Nacional - série C - NTN-C) ou Tesouro Prefixado com juros semestrais (Notas do Tesouro Nacional - série F- NTN-F), que deverão ser emitidas sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil.

5.5.4. A GARANTIA DE EXECUÇÃO apresentada na modalidade seguro-garantia deverá seguir o disposto na Circular SUSEP nº 477 de 30 de setembro de 2013 ou em norma que venha a substituí-la, e a apólice deverá ter vigência de no mínimo 01 (um) ano, com cláusula de renovação até a extinção das obrigações da CONCESSIONÁRIA.

5.5.4.1. Na hipótese de não ser possível prever tal renovação de obrigações na respectiva apólice, a CONCESSIONÁRIA deverá contratar nova GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO.

5.5.4.2.A apólice deverá conter disposição expressa de obrigatoriedade de a seguradora informar ao PODER CONCEDENTE e à CONCESSIONÁRIA, no mínimo 90 (noventa) dias antes do prazo final da validade, se a apólice será ou não renovada.

5.5.4.3.No caso de a seguradora não renovar a apólice de seguro-garantia, a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar garantia de valor e condições equivalentes, para aprovação do PODER CONCEDENTE, em até 05 (cinco) dias úteis antes do vencimento da apólice, independentemente de notificação.

5.6.A GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO ofertada não poderá conter quaisquer ressalvas ou condições que possam dificultar ou impedir sua execução, ou que possam suscitar dúvidas quanto à sua exequibilidade, devendo a CONCESSIONÁRIA promover as renovações e atualizações que forem necessárias à sua plena vigência durante o CONTRATO.

5.7.As despesas referentes à prestação da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, incluída a sua recomposição, serão de responsabilidade exclusiva da CONCESSIONÁRIA.

5.8.Durante a vigência do CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA poderá substituir a GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO prestada por qualquer das modalidades admitidas neste CONTRATO, mediante prévia aprovação do PODER CONCEDENTE.

5.9.A GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO será reajustada anualmente, conforme variação do IPCA, ou, na hipótese de sua extinção, pelo índice que vier a substituí-lo.

5.10.Sempre que se verificar o reajuste da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA deverá complementá-la e comunicar referida complementação ao PODER CONCEDENTE, no prazo de 10 (dez) dias a contar da vigência do reajuste, de modo a manter inalterada a proporção fixada neste CONTRATO, sob pena de caracterizar-se inadimplência da CONCESSIONÁRIA e serem aplicadas as penalidades cabíveis.

5.11.A CONCESSIONÁRIA permanecerá responsável pelo cumprimento das obrigações contratuais, incluindo o pagamento de eventuais multas e indenizações, independentemente da utilização da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO.

5.12.A GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, observado o montante mínimo definido, deverá permanecer em vigor até, no mínimo, 180 (cento e oitenta) dias após a extinção do CONTRATO.

5.13.A GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO deverá ser enviada para o e-mail indicado pelo PODER CONCEDENTE ou apresentada fisicamente, conforme orientações a serem dispostas no CONTRATO.

5.14.A apresentação do recibo de cautela da garantia emitido pelo órgão competente a ser mencionado no futuro CONTRATO é condição inafastável para a assinatura do CONTRATO.

5.15.A garantia prestada pela CONCESSIONÁRIA será liberada ou restituída, mediante solicitação por escrito, somente após o término do CONTRATO, devendo o pedido ser encaminhado para análise e autorização de liberação pelo PODER CONCEDENTE.

5.16.A restituição ou liberação da garantia dependerá da comprovação do integral cumprimento de todas as obrigações, incluindo trabalhistas e previdenciárias da CONCESSIONÁRIA, bem como da entrega dos BENS REVERSÍVEIS em perfeitas condições de operacionalidade, utilização e manutenção.

## **6. CLÁUSULA SEXTA – DA REMUNERAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA E DAS RECEITAS ALTERNATIVAS**

6.1.A remuneração da CONCESSIONÁRIA consistirá na exploração publicitária dos RELÓGIOS ELETRÔNICOS DIGITAIS, conforme diretrizes do ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA, assim como da exploração dos PROJETOS ESPECIAIS conforme diretrizes previstas no CONTRATO.

6.1.1.Fica a CONCESSIONÁRIA autorizada a explorar PROJETOS ESPECIAIS nos RELÓGIOS ELETRÔNICOS DIGITAIS, assim entendidos como a ambientação e/ou cenarização dos equipamentos com motivos associados a campanhas publicitárias, podendo envolver a oferta de experiências e/ou produtos aos cidadãos.

6.1.2.A execução de PROJETOS ESPECIAIS dependerá, em qualquer hipótese, de autorização prévia e expressa do PODER CONCEDENTE, a ser requerida pela CONCESSIONÁRIA com antecedência mínima de 10 (dez) dias corridos em relação à data prevista para o início da montagem. O pedido deverá conter, no mínimo, informações sobre o conteúdo, local, duração, dimensões e demais características técnicas e visuais da ambientação pretendida, acompanhadas de documentação comprobatória de atendimento às exigências contratuais, urbanísticas e de segurança aplicáveis.

6.1.3.O PODER CONCEDENTE deverá analisar o pedido de autorização referido na subcláusula anterior e poderá aprová-lo ou indeferi-lo, mediante decisão

motivada, especialmente quando verificar incompatibilidade com as disposições contratuais, com a legislação urbanística, de publicidade ou de acessibilidade.

6.1.3.1. Mesmo após a instalação do PROJETO ESPECIAL, o PODER CONCEDENTE poderá, a qualquer tempo, determinar a sua suspensão ou desativação, de forma total ou parcial, mediante decisão tecnicamente motivada, sempre que constatar descumprimento contratual, irregularidade urbanística ou risco à segurança pública, sem que assista à CONCESSIONÁRIA qualquer direito à indenização ou compensação.

6.1.4. Cada PROJETO ESPECIAL poderá ter duração máxima de 30 (trinta) dias consecutivos, podendo ser renovado por prazo a ser definido pelo PODER CONCEDENTE, desde que a solicitação de renovação seja previamente comunicada pela CONCESSIONÁRIA, acompanhada do mesmo conjunto de informações exigido na comunicação de ativação inicial.

6.2. Serão consideradas RECEITAS ALTERNATIVAS aquelas obtidas pela CONCESSIONÁRIA em decorrência da execução do OBJETO contratual que não provenham da exploração publicitária dos RELÓGIOS ELETRÔNICOS DIGITAIS ou dos PROJETOS ESPECIAIS previstos neste CONTRATO. as receitas obtidas pela CONCESSIONÁRIA pela execução do OBJETO contratual e desde que não advindas da exploração publicitária dos RELÓGIOS ELETRÔNICOS DIGITAIS, conforme diretrizes do ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA, assim como da exploração dos PROJETOS ESPECIAIS, serão consideradas como fontes de RECEITAS ALTERNATIVAS e sua exploração deverá ser previamente autorizada pelo PODER CONCEDENTE, nos termos definidos neste CONTRATO.

6.2.1. A exploração de quaisquer receitas alternativas dependerá, em todos os casos, de autorização prévia e expressa do PODER CONCEDENTE, mediante apresentação de proposta detalhada, conforme os requisitos previstos nas subcláusulas seguintes.

6.2.2. Para fins de análise e autorização da exploração de atividade geradora de RECEITA ALTERNATIVA, a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar Plano de Negócios contendo, no mínimo:

- I – Objeto e produto pretendido;
- II – Público-alvo;
- III – Modelo de geração de receitas;
- IV – Projeções de fluxo de caixa com estimativas de investimentos, receitas, despesas e tributos;

V – Análise de viabilidade técnica, econômica e jurídica da proposta;

VI – Percentual sugerido de compartilhamento de receitas com o PODER CONCEDENTE, ou outra forma de contrapartida associada à atividade;

VII – Identificação dos riscos para a prestação dos SERVIÇOS decorrentes da execução da atividade geradora de RECEITA ALTERNATIVA e respectivas medidas de mitigação;

VIII – Análise de rentabilidade do negócio; e

IX – Demais informações que se fizerem necessárias ao adequado entendimento e avaliação da proposta pelo PODER CONCEDENTE.

6.2.3. Junto a autorização para exploração da atividade geradora de RECEITA ALTERNATIVA será formalizada mediante ato específico do PODER CONCEDENTE, acompanhado de regulamento próprio, no qual deverão constar, no mínimo:

I – a forma e o prazo da exploração autorizada;

II – as condições para exercício da fiscalização pelo PODER CONCEDENTE; e

III – os direitos e garantias aplicáveis aos usuários, quando couber.

6.2.4. A eventual aprovação da exploração das RECEITAS ALTERNATIVAS se dará pelo respectivo gestor do CONTRATO.

6.3. As RECEITAS ALTERNATIVAS serão compartilhadas entre a CONCESSIONÁRIA e o PODER CONCEDENTE conforme prévio alinhamento entre as PARTES, podendo ser realizado o compartilhamento de percentual sobre a RECEITA BRUTA apurada na exploração desta atividade em favor do PODER CONCEDENTE ou exploração de novos investimentos e/ou obrigações pertinentes aos SERVIÇOS.

6.3.1. A forma e periodicidade de compartilhamento dos montantes equivalentes aos percentuais apropriados pelo PODER CONCEDENTE de que trata a cláusula 6.3 deverão ser acordadas entre as PARTES.

6.3.2. O PODER CONCEDENTE poderá converter parte ou a totalidade do proveito econômico compartilhado em benefício da execução de novos investimentos na CONCESSÃO, devendo os bens resultantes destes investimentos terem tratamento diferenciado no inventário, não servindo ao pagamento dos valores ainda não amortizados ou depreciados em benefício da CONCESSIONÁRIA quando do término da CONCESSÃO.

6.3.2.1. Na hipótese prevista na cláusula 6.3.2, os detalhes a respeito dos investimentos originários das RECEITAS ALTERNATIVAS de titularidade do PODER CONCEDENTE, a forma de inventário, as responsabilidades da CONCESSIONÁRIA, dentre outras questões, deverão constar no Plano de Negócios a ser aprovado.

6.4. A exploração de fontes de RECEITAS ALTERNATIVAS não poderá comprometer o uso dos espaços públicos indicado nos ANEXOS, bem como os padrões de segurança, qualidade, desempenho e demais pressupostos dos SERVIÇOS, devendo ser compatível com as normas legais e regulamentares aplicáveis ao CONTRATO e às respectivas atividades inerentes às RECEITAS ALTERNATIVAS.

6.5. Os investimentos inerentes ao desenvolvimento e a exploração das RECEITAS ALTERNATIVAS não serão considerados para fins de equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO ou para pleito de eventuais indenizações.

6.6. O PODER CONCEDENTE terá o prazo de até 30 (trinta) dias, prorrogáveis por igual período, para se pronunciar a respeito da solicitação de exploração de RECEITAS ALTERNATIVAS feita pela CONCESSIONÁRIA.

6.6.1. No prazo previsto na cláusula 6.6, o PODER CONCEDENTE poderá solicitar esclarecimentos, complementações e alterações no plano de negócios, nos estudos de viabilidade e no mecanismo e/ou percentual de compartilhamento de ganhos apresentados, hipótese na qual o mencionado prazo ficará suspenso da data da comunicação à CONCESSIONÁRIA até o recebimento da resposta pelo PODER CONCEDENTE.

6.6.2. Eventual negativa do PODER CONCEDENTE quanto à solicitação feita pela CONCESSIONÁRIA deverá ocorrer de forma fundamentada e somente poderá se basear nas seguintes razões:

- a. insuficiência dos estudos de viabilidade apresentados e inadequação do Plano de Negócios proposto;
- b. inviabilidade econômico-financeira, técnica ou jurídica da proposta;
- c. existência de riscos excessivos associados à exploração da atividade geradora de RECEITA ALTERNATIVA, em especial à adequada prestação dos SERVIÇOS;
- d. desinteresse na contratação dos serviços nas condições propostas, na exclusiva hipótese de o PODER CONCEDENTE ser o único cliente potencial da atividade geradora de RECEITA ALTERNATIVA;

- e. inadimplemento da CONCESSIONÁRIA em relação às obrigações do CONTRATO; e
- f. razões de interesse público de acordo com o juízo de conveniência e oportunidade do PODER CONCEDENTE.

6.6.3.Caso o PODER CONCEDENTE seja exclusivamente o cliente potencial da atividade acessória, a solicitação deverá acompanhar a oferta detalhada do preço e demais condições de contratação do serviço.

6.7.O prazo de eventuais contratos de exploração comercial celebrados pela CONCESSIONÁRIA com terceiros não poderá ultrapassar o prazo da CONCESSÃO.

6.8.Todas as receitas obtidas pela CONCESSIONÁRIA estarão sujeitas aos tributos e encargos legais, conforme legislação aplicável.

6.9.Todas as despesas, diretas ou indiretas, para elaboração dos estudos e projetos, execução de obras, operação, manutenção e exploração, decorrentes do CONTRATO são de responsabilidade exclusiva da CONCESSIONÁRIA.

6.10. Para toda fonte de RECEITA ALTERNATIVA aprovada, fica a CONCESSIONÁRIA obrigada a fornecer, periodicamente e sempre que extraordinariamente exigido, quaisquer documentações necessárias para comprovar as receitas e os custos incorridos para sua realização.

6.11.Nenhum valor será devido pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA, a título de remuneração, em virtude da execução do OBJETO da CONCESSÃO.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA AUTORIZAÇÃO PARA EXPLORAÇÃO PUBLICITÁRIA**

7.1. Os locais indicados no ANEXO IV – LOCAIS DE INSTALAÇÃO DOS RELÓGIOS ELETRÔNICOS DIGITAIS E CÂMERAS DE MONITORAMENTO, em número superior ao total de equipamentos objeto da CONCESSÃO, destinam-se à implantação dos 70 (setenta) RELÓGIOS ELETRÔNICOS DIGITAIS, cabendo à CONCESSIONÁRIA, mediante comunicação formal ao PODER CONCEDENTE, selecionar dentre eles aqueles que serão efetivamente utilizados, observado o limite quantitativo contratual.

7.1.1.Os locais efetivamente selecionados e comunicados terão a licença para veiculação de publicidade automaticamente outorgada com a emissão da ORDEM DE INÍCIO desta CONCESSÃO, nos termos do art. 8º da Lei Municipal nº 14.624/2025, observado o raio de até 50 (cinquenta) metros das respectivas localidades.



7.1.2.A outorga automática da licença de que trata a cláusula anterior não dispensa o pagamento das taxas de publicidade eventualmente devidas, nos casos expressamente previstos na legislação municipal vigente.

7.2.A emissão da ORDEM DE INÍCIO desta CONCESSÃO constitui ato formal suficiente para fins de licenciamento dos pontos de publicidade objeto do presente contrato, relativamente aos locais constantes do ANEXO IV – LOCAIS DE INSTALAÇÃO DOS RELÓGIOS ELETRÔNICOS DIGITAIS E CÂMERAS DE MONITORAMENTO e efetivamente selecionados pela CONCESSIONÁRIA, dispensando-a da adoção de quaisquer outras providências administrativas perante órgãos públicos, ressalvado o recolhimento das taxas de publicidade eventualmente devidas.

7.3.Constatada a impossibilidade técnica de instalação de algum equipamento dentre os locais selecionados, a CONCESSIONÁRIA poderá, mediante anuência prévia do PODER CONCEDENTE, substituir o ponto por outro igualmente constante do ANEXO IV – LOCAIS DE INSTALAÇÃO DOS RELÓGIOS ELETRÔNICOS DIGITAIS E CÂMERAS DE MONITORAMENTO.

7.4.Na hipótese excepcional de não ser possível atingir a quantidade total de 70 (setenta) RELÓGIOS ELETRÔNICOS DIGITAIS, após esgotadas as possibilidades de implantação nos 78 (setenta e oito) locais constantes do ANEXO IV, a CONCESSIONÁRIA deverá submeter ao PODER CONCEDENTE proposta de indicação de novos locais.

7.4.1.A solicitação de alteração deverá ser formalmente apresentada pela CONCESSIONÁRIA, contendo, no mínimo:

- a. a descrição e justificativa técnica que demonstre a inviabilidade do local originalmente previsto;
- b. a proposta de novo local, acompanhada de respectiva fundamentação técnica;
- c. croqui ou mapa atualizado com a nova localização sugerida; e
- d. a estimativa de impacto operacional e funcional da alteração pretendida.

7.4.2.A análise e eventual aprovação da alteração proposta compete exclusivamente ao PODER CONCEDENTE, e somente produzirão efeitos após aprovação formal.

7.4.3.Aceita a justificativa e aprovada a alteração, o novo local ficará sujeito ao rito ordinário de aprovação técnica, com a apresentação dos documentos



exigidos e o pagamento das taxas ou encargos eventualmente devidos, nos termos da legislação municipal vigente.

7.4.3.1.O novo local indicado deverá observar os critérios urbanísticos, técnicos e legais aplicáveis à veiculação de publicidade no âmbito desta CONCESSÃO, vedada a substituição que resulte em descumprimento de normas vigentes ou que comprometa a lógica de ordenamento urbano adotada pelo PODER CONCEDENTE.

## **8. CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES GERAIS DAS PARTES**

8.1.As PARTES comprometem-se reciprocamente a cooperar e a prestar o auxílio necessário ao bom desenvolvimento do OBJETO da CONCESSÃO.

8.2.Serão resguardados os direitos e obrigações dos usuários, nos termos deste CONTRATO, da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, da Lei Federal nº 13.460, de 26 de junho de 2017 e da Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

## **9. CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA**

9.1.A CONCESSIONÁRIA deverá utilizar os espaços públicos, com a prestação de serviços de utilidade pública, na forma ajustada e cumprir fielmente as obrigações do CONTRATO e seus ANEXOS, sendo vedada qualquer alteração sem a concordância, por escrito, do PODER CONCEDENTE.

9.2. São obrigações da CONCESSIONÁRIA, sem prejuízo de demais disposições deste CONTRATO, seus ANEXOS e da legislação aplicável:

- a. elaborar e apresentar o PLANO DE IMPLANTAÇÃO e o PLANO DE MANUTENÇÃO em até 60 (sessenta) dias após a publicação do extrato do CONTRATO no DOM, na forma disposta no ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA;
- b. cumprir e respeitar as cláusulas, condições, prazos e obrigações constantes deste CONTRATO e seus ANEXOS, da sua PROPOSTA COMERCIAL e dos demais documentos por ela apresentados na LICITAÇÃO, submetendo-se à regulamentação existente ou a que venha a ser editada pelo PODER CONCEDENTE, às normas da ABNT e/ou do INMETRO ou de outro órgão normatizador competente, bem como às especificações e projetos pertinentes, aos prazos e às instruções de fiscalização do PODER CONCEDENTE, cumprindo ainda com as metas e os parâmetros de

qualidade e demais exigências impostas à execução do OBJETO da CONCESSÃO;

- c. manter, durante todo o prazo da CONCESSÃO, as condições necessárias à execução do OBJETO deste CONTRATO, incluídos os requisitos de habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira, qualificação técnica e regularidade fiscal e trabalhista previstos no EDITAL;
- d. captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à execução do OBJETO da CONCESSÃO;
- e. prestar os SERVIÇOS nas condições e prazos dispostos no ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA;
- f. disponibilizar, mensalmente, 5% (cinco por cento) do quantitativo de exibições publicitárias para veiculação de mensagens de interesse público nos RELÓGIOS ELETRÔNICOS DIGITAIS, conforme diretrizes do ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA.
- g. concluir a instalação de 70 (setenta) RELÓGIOS ELETRÔNICOS DIGITAIS, cada um contemplando 1 (uma) CÂMERA DE MONITORAMENTO em até 12 (doze) meses a contar da ORDEM DE INÍCIO com as respectivas CÂMERAS DE MONITORAMENTO em acordo com as especificações técnicas previstas no ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA.
- h. prezar pela correta operação, conservação e manutenção de todos os mobiliários urbanos implantados e equipamentos a ele integrados sob sua responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, conforme diretrizes do ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA e do PLANO DE IMPLANTAÇÃO e PLANO DE MANUTENÇÃO aprovados pelo PODER CONCEDENTE;
- i. arcar com todos os custos e despesas referentes à conectividade de internet, incluindo a contratação, instalação e manutenção dos meios físicos e lógicos necessários para o pleno funcionamento dos RELÓGIOS ELETRÔNICOS DIGITAIS e das CÂMERAS DE MONITORAMENTO, conforme especificações do ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA;
  - i.1) a CONCESSIONÁRIA deverá garantir banda de transmissão, estabilidade de sinal e velocidade compatíveis com a operação simultânea do sistema de exibição de conteúdo e do envio de

imagens em tempo real ao Centro de Controle do PODER CONCEDENTE, assegurando qualidade, continuidade e baixa latência na transmissão dos dados;

i.2) a tecnologia de conexão (por exemplo, 4G, 5G, fibra óptica ou solução equivalente) deverá ser definida e dimensionada pela CONCESSIONÁRIA, observando as condições locais e a necessidade de garantir desempenho satisfatório das funcionalidades previstas, especialmente o monitoramento remoto e a transmissão contínua de imagens;

i.3) caso o PODER CONCEDENTE constate, mediante testes ou verificações técnicas, que a tecnologia adotada não assegura a qualidade exigida para o funcionamento adequado das câmeras e demais sistemas, a CONCESSIONÁRIA ficará obrigada a implantar, às suas expensas, tecnologia ou infraestrutura superior, de modo a atender plenamente aos requisitos de desempenho e disponibilidade estabelecidos neste CONTRATO.

- j. realizar as intervenções de last mile associadas à chegada das redes elétrica, de fibra óptica e quaisquer outras necessárias à consecução do OBJETO da CONCESSÃO;
- k. manter equipe em plantão no período de 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante todos os dias da semana, e realizar a manutenção corretiva nos equipamentos sob sua responsabilidade nos prazos e condições estabelecidas no ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA e no PLANO DE MANUTENÇÃO aprovado pelo PODER CONCEDENTE.
- l. dispor de equipamentos, acessórios, recursos humanos e materiais adequados e necessários à perfeita execução das obrigações estabelecidas neste CONTRATO, devendo os veículos e seus representantes estarem devidamente identificados;
- m. responsabilizar-se exclusivamente pelo fornecimento, instalação e manutenção das CÂMERAS DE MONITORAMENTO.
- n. Assegurar que a instalação e operação dos RELÓGIOS ELETRÔNICOS DIGITAIS atendam integralmente às normas técnicas, legais e de trânsito vigentes, observando, em especial, os seguintes aspectos:

- n.1) garantir que não haja interferência com sinalizações públicas, dispositivos de controle de tráfego ou campo de visão dos condutores, nem prejuízo às condições de acessibilidade e segurança viária nas vias públicas;
- n.1.1) Caso a CONCESSIONÁRIA opte por instalar equipamento em local cuja implantação possa comprometer as condições de acessibilidade ou segurança viária, deverá realizar todas as obras e adaptações necessárias à readequação do passeio ou da via, mediante autorização prévia do PODER CONCEDENTE e execução sem causar prejuízos a terceiros;
- n.2) contemplar mecanismos de redução e controle de brilho dos painéis eletrônicos, de forma a garantir segurança, conforto visual e respeito às normas de trânsito e urbanismo aplicáveis, nos termos do ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA.
- o. apresentar, trimestralmente, para análise do PODER CONCEDENTE, o RELATÓRIO DE IMPLANTAÇÃO, até a lavratura do TERMO DE CONCLUSÃO do PLANO DE IMPLANTAÇÃO, em meio digital, contendo a quantidade total do OBJETO da CONCESSÃO instalados, sua localização (sobre mapa da cidade), registro fotográfico demonstrando a situação anterior e a posterior à intervenção e georreferenciamento dos equipamentos instalados, nos termos do ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA;
- p. apresentar, trimestralmente, para análise do PODER CONCEDENTE, o RELATÓRIO DE MANUTENÇÃO em meio digital, contendo a quantidade total do OBJETO da CONCESSÃO com atividades de manutenção, sua localização (sobre mapa da cidade), registro fotográfico demonstrando a situação anterior e a posterior à manutenção e georreferenciamento dos equipamentos, nos termos do ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA;
- q. substituir ou complementar, por suas próprias expensas, todos os SERVIÇOS ou equipamentos sob sua responsabilidade que estiverem em desacordo com as características, condições, especificações técnicas e/ou quantidades estabelecidas no CONTRATO e seus ANEXOS, mesmo que decorrentes de vandalismo ou outros eventos imprevistos e da natureza, incluindo-se eventual CASO FORTUITO e FORÇA MAIOR, ressalvadas as

hipóteses de risco expressamente atribuídas ao PODER CONCEDENTE na matriz de alocação de riscos deste CONTRATO;

- r. cooperar e apoiar o desenvolvimento das atividades de acompanhamento e fiscalização do PODER CONCEDENTE, nos termos deste CONTRATO, permitindo o acesso aos registros contábeis, dados e informações operacionais seus, e, tanto quanto possível, de suas subcontratadas;
- s. submeter-se às determinações da fiscalização nos termos do CONTRATO;
- t. elaborar e manter atualizado o inventário e registro dos BENS VINCULADOS À CONCESSÃO, inclusive daqueles provenientes das RECEITAS ALTERNATIVAS convertidas em investimentos para a CONCESSÃO, devendo os inventários disporem quanto às suas condições de uso e conservação;
- u. indicar responsáveis ou prepostos com poderes para resolver quaisquer questões pertinentes à execução do OBJETO deste CONTRATO;
- v. arcar e manter em dia todas as despesas com mão de obra, transporte, seguros, encargos de qualquer natureza, inclusive trabalhistas, previdenciários e sociais, bem como com tributos federais, estaduais e municipais incidentes ou relacionados à execução do OBJETO da CONCESSÃO;
- w. assumir a integral responsabilidade por quaisquer acidentes de trabalho na execução do OBJETO da CONCESSÃO;
- x. adotar, conforme a necessidade verificada em cada caso, todas as medidas de segurança necessárias à colocação e retirada dos equipamentos que constituem OBJETO da CONCESSÃO e os demais a eles associados;
- y. contratar os seguros nos termos deste CONTRATO, responsabilizando-se, em qualquer caso, pelos danos causados por si, seus representantes, prepostos ou subcontratados, na execução do OBJETO da CONCESSÃO, perante o PODER CONCEDENTE ou terceiros;
- z. assumir integral responsabilidade civil e penal pela boa execução e eficiência dos serviços e atividades que realizar, bem como pelos

danos decorrentes da execução do OBJETO da CONCESSÃO, inclusive quanto a terceiros;

- aa. responder perante o PODER CONCEDENTE e terceiros pelos serviços subcontratados;
- bb. providenciar, junto aos órgãos competentes, todas as licenças e autorizações necessárias à execução do OBJETO da CONCESSÃO, ressalvados os locais expressamente indicados nos subitens seguintes, que serão considerados automaticamente aprovados e licenciados pelo PODER CONCEDENTE.
  - bb.1) localidades indicadas no ANEXO IV – LOCAIS DE INSTALAÇÃO DOS RELÓGIOS ELETRÔNICOS DIGITAIS E CÂMERAS DE MONITORAMENTO, destinadas à exploração publicitária dos RELÓGIOS ELETRÔNICOS DIGITAIS.
  - bb.2) localidades aprovadas pelo PODER CONCEDENTE para a execução de PROJETOS ESPECIAIS nos RELÓGIOS ELETRÔNICOS DIGITAIS, devidamente autorizadas nos termos deste CONTRATO.
  - bb.3) nas hipóteses previstas nos subitens anteriores, a CONCESSIONÁRIA não estará dispensada da elaboração e entrega dos projetos técnicos, conforme ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA, permanecendo apenas dispensada da tramitação de licenciamento perante os órgãos competentes, mantida a obrigação de recolher as taxas relativas à exploração publicitária, nos termos da Cláusula Sétima e da legislação vigente.
- cc. informar e justificar por escrito eventuais problemas que resultem em mudanças ou atrasos no desenvolvimento das atividades, devendo ser respeitados os prazos previstos neste CONTRATO e seus ANEXOS;
- dd. executar os SERVIÇOS, cabendo-lhe responder por todos os prejuízos causados ao PODER CONCEDENTE, aos usuários ou a terceiros, sem que a fiscalização exercida pelo órgão competente exclua ou atenue essa responsabilidade;
- ee. disponibilizar ao PODER CONCEDENTE plataforma para publicação de mensagens de interesse público nos RELÓGIOS ELETRÔNICOS DIGITAIS, assim como canal de comunicação para transmissão de

protocolos de pedidos e reclamações sobre o serviço prestado pela CONCESSIONÁRIA;

- ff. apresentar durante a execução do CONTRATO, quando solicitado, documentos que comprovem o cumprimento da legislação em vigor quanto às obrigações assumidas, em especial encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, securitários e comerciais;
- gg. prestar, dentro dos prazos estipulados, as informações solicitadas pelo PODER CONCEDENTE;
- hh. prestar contas anualmente dos serviços e receitas advindas da execução do CONTRATO, perante o PODER CONCEDENTE;
- ii. apresentar ao PODER CONCEDENTE suas demonstrações financeiras exigidas na forma e no prazo estabelecidos neste CONTRATO e na legislação vigente, nos termos da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976;
- jj. atender às especificações do seu projeto executivo;
- kk. empregar os seus melhores esforços para que durante toda a vigência do CONTRATO, e nos termos dele, as instalações dos equipamentos urbanos sob sua responsabilidade incorporem as melhorias técnicas e as inovações tecnológicas supervenientes à celebração do CONTRATO, que possibilitem o melhor atendimento aos usuários e o incremento da preservação do meio ambiente;
- ll. arcar com as despesas de colocação dos pontos de energia elétrica junto a cada RED instalado no âmbito deste CONTRATO, providenciando, quando for o caso, a ligação com a rede pública de energia, bem como pelas despesas referentes ao consumo de energia elétrica;
- mm. não veicular campanhas de publicidade em mobiliário urbano que não estejam em bom estado de funcionamento;
- nn. responsabilizar-se por eventuais danos ou prejuízos causados ao meio ambiente, ao PODER CONCEDENTE ou a terceiros, especialmente nos passeios públicos e em equipamentos de infraestrutura urbana, observadas as disposições constantes no CONTRATO;
- oo. não proceder à subconcessão no todo ou em parte do OBJETO da CONCESSÃO;



- pp. comunicar ao PODER CONCEDENTE, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, todas as circunstâncias ou ocorrências que, constituindo motivos de CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR impeçam ou venham a impedir a normal execução do OBJETO da CONCESSÃO.
- qq. assumir integral responsabilidade pelos riscos inerentes à execução da CONCESSÃO e que lhe forem alocados neste CONTRATO, ressalvadas as hipóteses expressamente excepcionadas previstas no CONTRATO.
- rr. realizar a limpeza do local a serem instalados e/ou realizada a manutenção dos equipamentos OBJETO da CONCESSÃO nos termos do ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO PODER CONCEDENTE**

10.1. São obrigações do PODER CONCEDENTE, sem prejuízo de demais disposições deste CONTRATO, seus ANEXOS e da legislação aplicável:

- a. fornecer informações que lhe estejam disponíveis e prestar os esclarecimentos solicitados pela CONCESSIONÁRIA, visando ao bom desenvolvimento da CONCESSÃO
- b. responsabilizar-se pelo armazenamento e tratamento de quaisquer dados e imagens gerados por meio dos atendimentos efetuados por meio das CÂMERAS DE MONITORAMENTO
- c. responsabilizar-se pela gestão completa das CÂMERAS DE MONITORAMENTO, incluindo a abertura de chamados e o acionamento do serviço de manutenção pela CONCESSIONÁRIA, conforme diretrizes do ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA.
- d. responsabilizar-se pelo cumprimento integral das leis e regulamentos aplicáveis ao tratamento de dados coletados pelas CÂMERAS DE MONITORAMENTO.
- e. aprovar o PLANO DE IMPLANTAÇÃO e o PLANO DE MANUTENÇÃO em até 30 (trinta) dias de sua apresentação, podendo, neste mesmo prazo e desde que motivadamente, solicitar à CONCESSIONÁRIA esclarecimentos e ajustes em relação ao PLANO DE IMPLANTAÇÃO e/ou ao PLANO DE MANUTENÇÃO,



caso identifique que estes não atendem a todas as obrigações do EDITAL e seus ANEXOS;

- f. acompanhar e fiscalizar permanentemente e atestar a execução dos SERVIÇOS, OBJETO deste CONTRATO, bem como analisar as informações prestadas pela CONCESSIONÁRIA, podendo realizar auditorias sempre que necessário;
- g. aplicar as sanções e penalidades e adotar as demais medidas necessárias ao cumprimento regular deste CONTRATO em caso de inadimplemento das obrigações assumidas pela CONCESSIONÁRIA;
- h. estimular a racionalização, a eficiência e melhoria constante dos SERVIÇOS;
- i. zelar pela conservação do meio ambiente na prestação dos SERVIÇOS e na infraestrutura a ele associados;
- j. intervir na prestação dos SERVIÇOS, quando houver riscos de descontinuidade;
- k. declarar a extinção da CONCESSÃO, nos casos previstos no CONTRATO e na legislação;
- l. analisar a solicitação relativa à exploração de PROJETOS ESPECIAIS, nos termos do CONTRATO;
- m. analisar a solicitação relativa à exploração de RECEITAS ALTERNATIVAS, nos termos do CONTRATO;
- n. disponibilizar canais aos usuários e terceiros para sugestão, reclamação e protocolo de pedidos por meio da Central de Atendimento, transmitindo à CONCESSIONÁRIA, sempre que necessário, as mensagens recebidas que demandem resposta ou providências, a fim de que sejam adotadas as correções ou soluções cabíveis dentro do prazo hábil.
- o. fundamentar devidamente suas decisões, aprovações, pedidos ou demais atos praticados no âmbito deste CONTRATO, em face da CONCESSIONÁRIA, e observar os prazos correspondentes;
- p. indicar formalmente o(s) agente(s) público(s) responsáveis pelo acompanhamento deste CONTRATO;
- q. emitir a ORDEM DE INÍCIO nos prazos previstos no CONTRATO;

- r. adotar as medidas administrativas necessárias para promover, no âmbito de sua competência, a emissão das licenças e autorizações indispensáveis à execução do OBJETO da CONCESSÃO, nos termos da legislação aplicável, sem prejuízo do exercício regular do poder de polícia urbanística, ambiental e de trânsito.
- r.1) Ficam ressalvados os locais expressamente indicados para a exploração publicitária dos RELÓGIOS ELETRÔNICOS DIGITAIS e para os PROJETOS ESPECIAIS previamente autorizados pelo PODER CONCEDENTE, os quais serão considerados automaticamente licenciados mediante a emissão dos documentos formais previstos na Cláusula Sétima.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

11.1. Os SERVIÇOS deverão ser prestados rigorosamente dentro das especificações e nos prazos estabelecidos neste CONTRATO e em seus ANEXOS.

11.2. A execução dos SERVIÇOS deverá ter início na DATA DA ORDEM DE INÍCIO, respeitando os prazos determinados no CONTRATO e seus ANEXOS.

11.3. A CONCESSIONÁRIA poderá alterar os seus processos de trabalho em função de avanços tecnológicos, desde que sejam atendidas as exigências do CONTRATO e seus ANEXOS quanto aos SERVIÇOS.

11.4. Qualquer medida que implique a alteração dos serviços contratados deverá ser submetida à prévia apreciação e aprovação do PODER CONCEDENTE, sob pena de responsabilização.

11.5. A eventual substituição ou remanejamento de local que não conste do ANEXO IV – LOCAIS DE INSTALAÇÃO DOS RELÓGIOS ELETRÔNICOS DIGITAIS E CÂMERAS DE MONITORAMENTO dependerá de autorização específica e expressa do PODER CONCEDENTE, mediante análise técnica e atualização do referido Anexo.

11.6. A CONCESSIONÁRIA deverá realizar a manutenção, preventiva e/ou corretiva emergencial, quando o caso, nos RELÓGIOS ELETRÔNICOS DIGITAIS nos prazos determinados no ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA

11.7. CONCESSIONÁRIA poderá subcontratar terceiros para o desenvolvimento de atividades relacionadas à execução do OBJETO da CONCESSÃO.

11.8. A CONCESSIONÁRIA deverá zelar para que os terceiros contratados ou subcontratados sejam detentores de capacidade técnica compatível com as atividades OBJETO da CONCESSÃO.

11.8.1.A CONCESSIONÁRIA, diretamente ou através de suas subcontratadas e parceiras, deverá responsabilizar-se pelos contratos de trabalho de seus prepostos ou empregados e pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias, inclusive as decorrentes de acidentes, indenizações, multas, seguros, normas de saúde pública e regulamentadoras do trabalho.

11.8.2.O conhecimento do PODER CONCEDENTE acerca de eventuais contratos firmados pela CONCESSIONÁRIA com subcontratados ou terceiros não a exime do cumprimento das obrigações por ela assumidas neste CONTRATO.

11.9.O PODER CONCEDENTE deverá zelar para que não sejam instalados mobiliários urbanos ou quaisquer formas de publicidade que dificultem, impeçam ou prejudiquem a funcionalidade, visibilidade, acessibilidade, segurança ou utilidade dos RELÓGIOS ELETRÔNICOS DIGITAIS e CÂMERAS DE MONITORAMENTO OBJETO desta CONCESSÃO.

11.9.1.Constatada eventual interferência, a CONCESSIONÁRIA poderá requerer ao PODER CONCEDENTE a remoção, readequação ou realocação do mobiliário urbano ou da publicidade instalada posteriormente à ORDEM DE INÍCIO do CONTRATO, desde que demonstre, de forma técnica e fundamentada, o prejuízo à operação do sistema.

11.9.2.O PODER CONCEDENTE analisará o pleito da CONCESSIONÁRIA quando o mobiliário urbano ou a publicidade questionada estiver localizado em um raio de até 100 (cem) metros do equipamento objeto da CONCESSÃO.

11.9.3.A vedação prevista nesta cláusula não se aplica à instalação ou manutenção de equipamentos públicos de utilidade urbana, tais como abrigos de ônibus, postes de iluminação, sinalizações de trânsito, placas toponímicas, mobiliários de acessibilidade, lixeiras, câmeras públicas ou demais dispositivos de interesse coletivo, desde que não comprometam a visibilidade e a operação dos equipamentos objeto desta CONCESSÃO.

## **12.CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1. A inexecução total ou parcial deste CONTRATO e de seus ANEXOS, bem como a mora, o inadimplemento ou a inobservância, pela CONCESSIONÁRIA, das obrigações contratuais, legais, regulamentares, técnicas e operacionais aplicáveis à CONCESSÃO, sujeitá-la-á, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal e das demais consequências previstas na legislação e neste CONTRATO, à aplicação, pelo PODER CONCEDENTE, das seguintes sanções administrativas:

- a. advertência;
- b. multa;
- c. impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, na forma da legislação aplicável; e
- d. declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, na forma da legislação aplicável.

12.1.1. A aplicação das sanções previstas nesta Cláusula não afasta a possibilidade de adoção, quando cabível, das medidas contratuais e legais relativas à intervenção, caducidade, extinção da CONCESSÃO, execução da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, recomposição de danos e demais providências admitidas pela legislação e por este CONTRATO.

12.2. As sanções administrativas serão aplicadas por meio de processo administrativo instaurado, instruído e julgado na forma do Decreto Municipal nº 20.154/2023, ou outro que venha a substituí-lo.

12.3. Para fins de gradação das penalidades, as infrações classificam-se em:

- a. leve;
- b. média; e
- c. grave.

12.4. Considera-se infração leve aquela decorrente de conduta não dolosa da CONCESSIONÁRIA, da qual não resulte benefício econômico relevante e que não comprometa a adequada e contínua prestação do OBJETO da CONCESSÃO.

12.4.1. Constituem infrações leves, sem prejuízo de outras assim qualificáveis:

- a) deixar de fornecer ou fornecer com incorreção informações ou documentos solicitados pelo PODER CONCEDENTE, incluindo as demonstrações financeiras da CONCESSIONÁRIA, quando disso não decorrer prejuízo relevante à fiscalização;
- b) falhar na atualização e manutenção do inventário de BENS VINCULADOS À CONCESSÃO;
- c) atrasar injustificadamente o encaminhamento do RELATÓRIO DE IMPLANTAÇÃO ou do RELATÓRIO DE MANUTENÇÃO, nos termos do ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA;
- d) deixar de indicar ou atualizar o responsável técnico ou representante da CONCESSIONÁRIA perante o PODER CONCEDENTE;

- e) deixar de comparecer, sem justificativa, a reuniões formalmente convocadas pelo PODER CONCEDENTE relacionadas à execução contratual.

12.4.2. O cometimento de infração leve ensejará, em regra, advertência por escrito, com determinação das medidas corretivas cabíveis.

12.4.3. Em caso de reincidência específica ou de descumprimento injustificado de determinação de correção expedida pelo PODER CONCEDENTE, poderá ser aplicada multa, observado o piso e os limites previstos no Decreto Municipal nº 20.154/2023.

12.5. Considera-se infração média aquela decorrente de conduta dolosa ou culposa grave, ou da qual se constate benefício econômico à CONCESSIONÁRIA, sem que disso resulte comprometimento grave da continuidade da CONCESSÃO ou prejuízo econômico relevante ao PODER CONCEDENTE.

12.5.1. Constituem infrações médias, sem prejuízo de outras assim qualificáveis:

- a. não apresentar, sem justificativa, o PLANO DE IMPLANTAÇÃO e o PLANO DE MANUTENÇÃO nos termos indicados no ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA;
- b. deixar de obter ou renovar, por culpa da CONCESSIONÁRIA, licenças, autorizações, alvarás ou seguros necessários à execução do OBJETO;
- c. executar os SERVIÇOS em desacordo com as normas técnicas, especificações contratuais ou determinações do PODER CONCEDENTE;
- d. deixar de observar as regras contratuais e legais aplicáveis à EXPLORAÇÃO PUBLICITÁRIA;
- e. deixar de respeitar a disponibilidade de mensagens de interesse público, nos termos do CONTRATO e do ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA;
- f. deixar de apresentar a contratação dos seguros em até 30 (trinta) dias da publicação do extrato do CONTRATO no DOM ou de suas renovações;
- g. atrasar injustificadamente marcos de implantação previstos no PLANO DE IMPLANTAÇÃO aprovado ou no ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA;

- h. deixar de comunicar ao PODER CONCEDENTE evento relevante que altere o desenvolvimento normal das atividades da CONCESSÃO;
- i. não cooperar com a fiscalização ou deixar de atender determinações regularmente expedidas pelo PODER CONCEDENTE;
- j. manter mobiliário ou equipamento vinculado à CONCESSÃO em estado inadequado de conservação, segurança ou funcionamento, sem adoção tempestiva das providências corretivas;
- k. veicular publicidade em equipamento que não esteja em adequado estado de conservação, segurança e funcionamento.

12.5.2. O cometimento de infração de natureza média ensejará a aplicação das seguintes penalidades, de maneira isolada ou concomitante:

- a. advertência por escrito, quando cabível, com determinação das medidas necessárias de correção; e/ou
- b. multa, observado o piso e os limites previstos no Decreto Municipal nº 20.154/2023.

12.6. Considera-se infração grave aquela decorrente de conduta dolosa e de má-fé, da qual se constate benefício econômico direto ou indireto à CONCESSIONÁRIA e que envolva prejuízo econômico relevante ao PODER CONCEDENTE, risco grave à continuidade da CONCESSÃO ou exposição relevante de usuários, terceiros ou bens públicos.

12.6.1. Constituem infrações graves, sem prejuízo de outras assim qualificáveis:

- a. abandonar, paralisar injustificadamente ou recusar-se a executar o OBJETO da CONCESSÃO;
- b. deixar de reconstituir a GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, nos prazos e condições previstos neste CONTRATO;
- c. deixar de proceder à reversão dos BENS REVERSÍVEIS, nos termos contratualmente estabelecidos;
- d. operar, de forma reiterada ou relevante, sem as licenças, autorizações ou seguros exigíveis;
- e. deixar de pagar, injustificadamente, a parcela de OUTORGA FIXA nos prazos contratuais, após regular notificação;

- f. descumprir obrigação contratual cujo inadimplemento exponha usuários, terceiros ou bens públicos a risco relevante;
- g. fraudar informações, relatórios, medições, inventários ou documentos apresentados ao PODER CONCEDENTE;
- h. impedir, obstruir ou frustrar, de forma grave, a atividade fiscalizatória do PODER CONCEDENTE.

12.6.2. O cometimento de infração grave ensejará a aplicação das seguintes penalidades, de maneira isolada ou concomitante:

- a. multa, observado o piso e os limites previstos no Decreto Municipal nº 20.154/2023;
- b. impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, na forma da legislação aplicável;
- c. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma da legislação aplicável.

12.7. Sem prejuízo das demais penalidades previstas nas subcláusulas anteriores, será aplicada multa diária no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), por unidade de RED ou equipamento associado mantido em situação irregular, por dia de atraso injustificado na regularização, após o decurso do prazo contratual ou daquele fixado em notificação do PODER CONCEDENTE, nas seguintes hipóteses:

- a. ausência de manutenção preventiva ou corretiva, conforme exigido no ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA;
- b. não atendimento, atendimento incompleto ou atendimento intempestivo de demandas do PODER CONCEDENTE relacionadas à execução dos SERVIÇOS, nos prazos e condições estabelecidos no ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA;
- c. atraso injustificado na execução de reparos ou consertos dos REDs ou de equipamentos a eles associados, em desacordo com os prazos estabelecidos no ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA;
- d. instalação incorreta dos equipamentos ou em desconformidade com as especificações técnicas constantes do ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA.

12.7.1. A multa diária prevista nesta subcláusula poderá ser cumulada com outras penalidades, desde que não haja dupla punição pelo mesmo fato gerador e que a decisão sancionatória apresente motivação específica.



12.8. A prática de qualquer infração não poderá ensejar enriquecimento ilícito da CONCESSIONÁRIA, devendo o PODER CONCEDENTE assegurar a devolução, a neutralização ou a compensação de toda e qualquer vantagem indevidamente obtida, podendo, para tanto, executar a GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO e adotar as demais medidas administrativas e judiciais cabíveis.

12.9. As multas aplicadas serão cobradas administrativamente e, em caso de inadimplemento, poderão ser:

- a. executadas contra a GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO;
- b. cobradas judicialmente; ou
- c. compensadas com valores eventualmente devidos pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA, se houver.

12.10. As penalidades serão obrigatoriamente registradas, esgotada a fase recursal, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, nos termos do Decreto Municipal nº 20.154/2023.

12.11. A aplicação das penalidades previstas nesta Cláusula não exime a CONCESSIONÁRIA da obrigação de reparar integralmente os danos causados ao PODER CONCEDENTE, aos usuários ou a terceiros.

12.12. As penalidades previstas neste CONTRATO não excluem a possibilidade de caducidade, reversão, encampação ou rescisão do CONTRATO, nos termos da legislação aplicável e deste CONTRATO.

### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APLICAÇÃO DAS PENALIDADES**

13.1. A apuração de infrações e a aplicação das sanções administrativas previstas neste CONTRATO observarão a Lei Federal nº 14.133/2021, o Decreto Municipal nº 20.154/2023, ou outro que venha a substituí-lo, e, subsidiariamente, a Lei Municipal nº 8.814/2004 e demais legislação aplicável.

13.2. O procedimento sancionador será instaurado, processado e julgado pela Autoridade Competente, nos termos do Decreto Municipal nº 20.154/2023, observados o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa.

13.3. A lavratura de auto de infração, relatório de ocorrência, termo de fiscalização ou documento equivalente pelo PODER CONCEDENTE poderá servir de fundamento para a instauração do procedimento sancionador, devendo conter, sempre que



possível, a descrição dos fatos, a indicação da obrigação contratual ou normativa supostamente descumprida e os elementos iniciais de prova.

13.4. Sempre que a natureza da infração permitir a correção da falha sem comprometimento do interesse público, da continuidade do serviço, da segurança ou da integridade dos bens públicos, o PODER CONCEDENTE poderá assinalar prazo razoável para saneamento prévio, sem prejuízo da posterior instauração do processo sancionador, quando cabível.

13.5. As notificações e intimações no âmbito do processo sancionador observarão a forma e os requisitos previstos no Decreto Municipal nº 20.154/2023.

13.6. A aplicação de penalidade de multa sujeitará a CONCESSIONÁRIA ao pagamento no prazo fixado na decisão administrativa definitiva ou na notificação específica expedida pelo PODER CONCEDENTE, sob pena de incidência dos encargos legais e contratuais cabíveis, bem como de execução da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO.

13.7. As importâncias pecuniárias resultantes das multas aplicadas reverterão em favor do PODER CONCEDENTE.

13.8. Independentemente da instauração ou do curso do processo sancionador, poderão ser adotadas, motivadamente, medidas cautelares urgentes pelo PODER CONCEDENTE, quando houver:

- a. risco de descontinuidade da prestação do OBJETO da CONCESSÃO;
- b. dano grave aos direitos dos usuários, à segurança pública ou ao meio ambiente; ou
- c. outra situação de risco relevante que exija atuação administrativa imediata.

13.8.1. As medidas cautelares de que trata esta subcláusula não se confundem com o procedimento de intervenção nem substituem a observância do devido processo legal para aplicação de penalidades definitivas.

#### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO**

14.1. A fiscalização da execução do CONTRATO e dos SERVIÇOS concedidos será realizada pelo PODER CONCEDENTE, de acordo com o exposto na legislação e regulamentos que disciplinam a atividade.

14.2. A fiscalização de que trata esta cláusula não isenta a CONCESSIONÁRIA das responsabilidades estabelecidas pela lei, regulamentos, EDITAL e, especialmente, por

este CONTRATO e seus ANEXOS, sendo-lhe vedado alegar a ausência de fiscalização como excludente de suas obrigações.

14.3. O PODER CONCEDENTE, por meio de ato executivo formal, designará o gestor do CONTRATO e o(s) agente(s) responsável(is) pela fiscalização, podendo nomear substitutos e equipes técnicas de apoio.

14.4. A fim de garantir o cumprimento das obrigações contratuais, o PODER CONCEDENTE procederá à análise dos relatórios trimestrais encaminhados pela CONCESSIONÁRIA, nos termos deste CONTRATO e do ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA, bem como realizará vistorias periódicas, inspeções por amostragem e auditorias técnicas, sempre que julgar necessário.

14.4.1. As constatações apuradas durante as fiscalizações serão registradas em Termo próprio de registro, que será encaminhado à CONCESSIONÁRIA, a qual deverá apresentar justificativas e/ou comprovação da regularização das não conformidades no prazo de 10 (dez) dias úteis, prorrogável a critério do PODER CONCEDENTE, mediante solicitação justificada.

14.4.2. A não apresentação de justificativas ou a não regularização das ocorrências indicadas no Termo de Registro no prazo fixado ensejará a aplicação das penalidades previstas neste CONTRATO, especialmente aquelas classificadas como infrações médias, conforme a Cláusula 12.6.1, sem prejuízo das medidas corretivas cabíveis.

## **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS BENS VINCULADOS À CONCESSÃO**

15.1. Os BENS VINCULADOS À CONCESSÃO são os bens integrantes ou não do patrimônio da CONCESSIONÁRIA, necessários à implantação e à execução adequada e contínua do OBJETO da CONCESSÃO.

15.2. A CONCESSIONÁRIA obriga-se a manter, em bom estado de funcionamento, conservação, higiene, conforto, acessibilidade, sustentabilidade ambiental e segurança, às suas expensas, os BENS VINCULADOS À CONCESSÃO, durante toda a vigência deste CONTRATO, efetuando para tanto as reparações, renovações e adaptações necessárias ao bom desempenho da CONCESSÃO.

15.3. Todos os BENS VINCULADOS À CONCESSÃO ou investimentos neles realizados deverão ser integralmente depreciados ou amortizados contabilmente pela CONCESSIONÁRIA no prazo da CONCESSÃO, de acordo com a legislação vigente, não cabendo qualquer indenização ou pleito de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO no advento do termo contratual.

15.4. Dentre os BENS VINCULADOS À CONCESSÃO, serão considerados não reversíveis os seguintes bens e equipamentos:

- a. materiais e mobiliário de escritório, equipamentos e suprimentos de informática (computadores, impressoras, projetores etc.) e licenças de uso ou códigos-fonte de *softwares*;
- b. veículos automotores;
- c. equipamentos de manutenção;

15.5. É previamente autorizada a celebração de contratos de aluguel, comodato, leasing ou outra forma jurídica prevista na legislação dos referidos bens não passíveis de reversão ao PODER CONCEDENTE para uso pela CONCESSIONÁRIA.

15.5.1.A CONCESSIONÁRIA poderá adquirir e alienar os referidos bens não passíveis de reversão ao PODER CONCEDENTE sem a necessidade de prévia autorização ou comunicação posterior ao PODER CONCEDENTE.

15.6. Os BENS REVERSÍVEIS são aqueles que, integrantes do patrimônio da CONCESSIONÁRIA, serão revertidos em favor do PODER CONCEDENTE após a extinção da CONCESSÃO, livres de quaisquer ônus e encargos.

15.7. Os BENS REVERSÍVEIS poderão ser adquiridos por meio de contratos de aluguel, comodato, leasing, ou outra forma jurídica prevista na legislação, desde que a CONCESSIONÁRIA garanta e efetive a opção de compra dos ativos para que possa cumprir com a obrigação de reversibilidade dos ativos ao término do CONTRATO de CONCESSÃO.

15.7.1.A CONCESSIONÁRIA deverá enviar ao PODER CONCEDENTE todos os contratos de aluguel, comodato, leasing, ou outra forma jurídica que tenham como objeto os BENS REVERSÍVEIS.

15.8. Serão considerados BENS REVERSÍVEIS, os quais terão de ser revertidos ao PODER CONCEDENTE ao término da CONCESSÃO, todos os RELÓGIOS ELETRÔNICOS DIGITAIS e CÂMERAS DE MONITORAMENTO instalados pela CONCESSIONÁRIA durante a vigência do CONTRATO, respeitando as disposições relacionadas a esses itens no ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA.

15.9. Os BENS REVERSÍVEIS deverão ser permanentemente inventariados pela CONCESSIONÁRIA.

15.9.1. Sem prejuízo da obrigação de inventariar os BENS REVERSÍVEIS, a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar ao PODER CONCEDENTE, até o primeiro dia útil do mês de fevereiro de cada ano, relatório circunstanciado que retrate a

situação de todos os BENS VINCULADOS À CONCESSÃO, inclusive aqueles oriundos de eventual conversão do proveito econômico de RECEITAS ALTERNATIVAS partilhadas com o PODER CONCEDENTE, destacando de forma clara os BENS REVERSÍVEIS da CONCESSÃO.

15.10.Caso o PODER CONCEDENTE constata alguma irregularidade no relatório de inventário, deverá notificar a CONCESSIONÁRIA, fundamentadamente.

15.10.1.A CONCESSIONÁRIA terá o prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da notificação do PODER CONCEDENTE, para promover os ajustes necessários no relatório.

15.10.2.Em caso de discordância das PARTES com relação ao relatório, a controvérsia deverá ser submetida aos métodos de resolução de conflitos estabelecidos neste CONTRATO.

15.11.A CONCESSIONÁRIA obriga-se a entregar os BENS REVERSÍVEIS em perfeitas condições de operacionalidade, utilização e manutenção, e livres de quaisquer ônus ou encargos.

15.12.Qualquer alienação ou substituição de BENS REVERSÍVEIS que a CONCESSIONÁRIA pretenda realizar, nos últimos 02 (dois) anos do prazo final da CONCESSÃO, deverá ser prévia e expressamente autorizada pelo PODER CONCEDENTE.

15.13.Os BENS REVERSÍVEIS não poderão ser sujeitos a penhor ou constituição de direito real em garantia.

15.14.Todos os contratos da CONCESSIONÁRIA com terceiros que envolvam os BENS REVERSÍVEIS deverão mencionar expressamente a vinculação destes bens à CONCESSÃO.

15.15.O processo de reversão ocorrerá com a extinção da CONCESSÃO, retornando ao PODER CONCEDENTE todos os BENS REVERSÍVEIS vinculados à exploração da CONCESSÃO transferidos à CONCESSIONÁRIA, ou por esta adquiridos ou implantados.

15.16.No prazo de 180 (cento e oitenta) dias antes do termo final deste CONTRATO, as PARTES deverão estabelecer os procedimentos para avaliar os BENS VINCULADOS À CONCESSÃO, com o fim de identificar aqueles prescindíveis à continuidade da execução do OBJETO deste CONTRATO e revisar o inventário de BENS REVERSÍVEIS, observados os relatórios apresentados anteriormente a cada ano da CONCESSÃO.

15.16.1. Para eventuais divergências entre as PARTES com relação à avaliação prevista no item anterior, admitir-se-á o recurso ao expediente de resolução de conflitos estabelecido neste CONTRATO.

15.17. Finalizada a avaliação dos BENS VINCULADOS À CONCESSÃO e a avaliação e identificação dos BENS REVERSÍVEIS, será realizada, por ocasião da reversão, a lavratura do respectivo Termo de Reversão dos Bens da CONCESSÃO.

15.18. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operacionalidade, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos.

15.19. Caso a reversão dos bens para o PODER CONCEDENTE não se processe nas condições estabelecidas, a CONCESSIONÁRIA indenizará o PODER CONCEDENTE.

15.19.1. O PODER CONCEDENTE reterá a GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO até o efetivo pagamento das indenizações previstas na cláusula 15.19.

15.20. Após o recebimento da notificação para o pagamento, a CONCESSIONÁRIA deverá proceder ao recolhimento da indenização no prazo máximo de 10 (dez) dias, sob pena de desconto do valor correspondente da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO.

15.21. Encerrado o prazo da CONCESSÃO, a CONCESSIONÁRIA será responsável pelo encerramento de quaisquer contratos inerentes à CONCESSÃO celebrados com terceiros, assumindo todos os encargos, responsabilidades e ônus daí resultantes.

15.22. Quando do advento do termo contratual, os BENS REVERSÍVEIS deverão estar em condições adequadas de conservação e funcionamento de forma a permitir a continuidade da prestação dos SERVIÇOS, objeto da CONCESSÃO, pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses após o término de vigência da CONCESSÃO.

## **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO TERMO DE CONCLUSÃO DO PLANO DE IMPLANTAÇÃO**

16.1. O Termo de Conclusão do PLANO DE IMPLANTAÇÃO marcará o encerramento da instalação dos 70 (setenta) RELÓGIOS ELETRÔNICOS DIGITAIS cada um contemplando 1 (uma) CÂMERA DE MONITORAMENTO, bem como dos demais equipamentos e acessórios necessários à perfeita funcionalidade do OBJETO da CONCESSÃO, em conformidade com o ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA:

16.2. Finda a execução do PLANO DE IMPLANTAÇÃO, obedecidos os termos e prazos estipulados no ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA do CONTRATO e no PLANO DE IMPLANTAÇÃO, a CONCESSIONÁRIA deverá solicitar ao PODER CONCEDENTE a

realização de vistoria, que será efetuada, em conjunto, pelas PARTES, por meio de representantes especialmente designados, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da solicitação.

16.3. Uma vez realizada a vistoria, será formalizada, pelo PODER CONCEDENTE, a aceitação das instalações vistoriadas, dentro de até 30 (trinta) dias, mediante TERMO DE CONCLUSÃO DO PLANO DE IMPLANTAÇÃO.

16.4. Caso o PODER CONCEDENTE constate alguma irregularidade, a CONCESSIONÁRIA terá o prazo de até 60 (sessenta) dias para implementar as correções e/ou complementações apontadas.

16.4.1. Uma vez finalizadas as eventuais correções e/ou complementações mencionadas na subcláusula anterior, deverá o PODER CONCEDENTE realizar nova vistoria, no prazo de até 15 (quinze) dias, e exarar o TERMO DE CONCLUSÃO DO PLANO DE IMPLANTAÇÃO.

16.5. A exploração publicitária dos RELÓGIOS ELETRÔNICOS DIGITAIS, poderá ser iniciada pela CONCESSIONÁRIA após o devido pagamento das taxas de publicidade, independentemente da emissão do(s) Termo(s) de Conclusão do PLANO DE IMPLANTAÇÃO, ficando a CONCESSIONÁRIA integral e exclusivamente responsável pela operação e exploração publicitária dos equipamentos, inclusive quanto à conformidade técnica e funcional, respondendo por eventuais descumprimentos contratuais, sem prejuízo da realização da vistoria prevista na Cláusula 16.3.

## **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA ALOCAÇÃO DE RISCOS**

17.1. A CONCESSIONÁRIA é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos relacionados à CONCESSÃO, salvo disposição expressa em contrário no CONTRATO.

17.2. A CONCESSIONÁRIA deverá indenizar e manter o PODER CONCEDENTE indene de qualquer demanda ou prejuízo que o PODER CONCEDENTE venha a sofrer em virtude de atos praticados pela CONCESSIONÁRIA, seus administradores, empregados, prepostos, prestadores de serviços, subcontratados e terceiros com quem ela tenha contratado ou por qualquer outra pessoa física ou jurídica a ela vinculada.

17.3. A CONCESSIONÁRIA também deverá indenizar e manter o PODER CONCEDENTE a salvo de despesas processuais, honorários sucumbenciais e demais encargos com os quais, direta ou indiretamente, ele venha a arcar em razão das hipóteses previstas na subcláusula anterior.

17.4. Na ocorrência de CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR, cujas consequências não sejam cobertas por seguro disponível no mercado securitário brasileiro e em condições comerciais viáveis, as PARTES acordarão se haverá lugar à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro ou à extinção da CONCESSÃO, tendo-se por base as consequências dos eventos para a continuidade do CONTRATO.

17.4.1. Verificando-se a extinção da CONCESSÃO, nos termos do disposto na cláusula 17.4, aplicar-se-ão, no que couberem, as regras e os procedimentos válidos para a extinção da CONCESSÃO por advento do termo contratual, conforme este CONTRATO, fazendo jus a CONCESSIONÁRIA ao recebimento da indenização pela(s) parcela(s) dos investimentos relacionados a BENS REVERSÍVEIS ainda não amortizados ou depreciados, os quais tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do OBJETO da CONCESSÃO.

17.4.2. As PARTES comprometem-se a empregar todas as medidas e ações necessárias a fim de minimizar os efeitos decorrentes dos eventos de CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR.

## **18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS RISCOS ASSUMIDOS PELA CONCESSIONÁRIA**

18.1. São riscos assumidos pela CONCESSIONÁRIA, que não ensejarão o reequilíbrio econômico-financeiro da CONCESSÃO:

- a. variação e custos ordinários de insumos, custos operacionais, de manutenção e investimentos, inclusive em razão de flutuação cambial e de variação na tarifa de energia elétrica;
  - b. erro em seus projetos e obras, nas suas estimativas de custos, de gastos e/ou de cronograma, as falhas na prestação dos serviços e atividades e os erros ou falhas causadas pela CONCESSIONÁRIA ou pelos seus subcontratados;
  - c. não efetivação das receitas ou do retorno econômico estimados quando da apresentação de sua PROPOSTA COMERCIAL;
  - d. obtenção de licenças, permissões e autorizações relacionadas às atividades da CONCESSÃO, salvo se a não obtenção decorrer de fato imputado exclusivamente ao PODER CONCEDENTE
- d.1) Ressalva-se a dispensa de qualquer processo adicional de licenciamento relacionado à exploração publicitária dos



RELÓGIOS ELETRÔNICOS DIGITAIS e dos PROJETOS ESPECIAIS, exclusivamente quanto aos locais constantes do ANEXO IV – LOCAIS DE INSTALAÇÃO DOS RELÓGIOS ELETRÔNICOS DIGITAIS E CÂMERAS DE MONITORAMENTO e efetivamente selecionados pela CONCESSIONÁRIA, cuja licença será considerada automaticamente outorgada com a emissão da ORDEM DE INÍCIO, nos termos da Cláusula Sétima deste CONTRATO.

- e. atraso, comprovadamente decorrente de ato ou fato exclusivo da CONCESSIONÁRIA no cumprimento dos prazos estabelecidos neste CONTRATO e seus ANEXOS;
- f. segurança e a saúde dos trabalhadores que estejam a ela subordinados na exploração da CONCESSÃO e/ou seus subcontratados;
- g. aumento dos custos de financiamentos assumidos para a realização de investimentos ou para custeio da exploração da CONCESSÃO, inclusive em razão do aumento de taxas de juros, ressalvados os casos em que ficar comprovado que o aumento dos custos relacionados ao financiamento obtido pela CONCESSIONÁRIA decorrerem de atos praticados pelo PODER CONCEDENTE no âmbito deste CONTRATO, sobretudo aqueles relacionados à eventual descumprimento das obrigações contratuais por ele assumidas;
- h. qualidade na prestação dos SERVIÇOS e atividades atinentes à CONCESSÃO, bem como o atendimento às especificações técnicas dos SERVIÇOS;
- i. prejuízos causados a terceiros ou ao meio ambiente por culpa da CONCESSIONÁRIA, de seus empregados, prestadores de serviços, terceirizados, subcontratados ou por qualquer outra pessoa física ou jurídica a ela vinculada, no exercício das atividades previstas no CONTRATO e seus ANEXOS;
- j. atualidade, segurança, robustez e o pleno funcionamento das tecnologias, dos equipamentos e das técnicas empregadas na exploração da CONCESSÃO;
- k. perecimento, destruição, roubo, furto, vandalismo, depredação, perda ou quaisquer outros tipos de danos causados aos BENS



VINCULADOS À CONCESSÃO, responsabilidade que somente será compartilhada nos termos do CONTRATO ou excluída caso comprovadamente gerado por negligência do PODER CONCEDENTE no cumprimento de seus deveres;

- l. riscos que possam ser objeto de cobertura de seguros oferecidos no Brasil na data de sua ocorrência, inclusive para as hipóteses de CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR, bem como a variação no seu preço;
- m. encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução deste CONTRATO, incluída a elevação do custo de mão-de-obra por acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho, e as responsabilizações deles decorrentes, incluídas aquelas relacionadas às empresas eventualmente subcontratadas no âmbito da CONCESSÃO;
- n. greves ou paralisações realizadas por empregados contratados pela CONCESSIONÁRIA, pelas suas subcontratadas ou pelas prestadoras de serviços à CONCESSIONÁRIA;
- o. realização e o pagamento de eventuais ajustes e adequações necessárias para o cumprimento das diretrizes mínimas estabelecidas neste CONTRATO e em seus ANEXOS;
- p. custos de ações judiciais de terceiros contra a CONCESSIONÁRIA ou subcontratadas decorrentes da execução do OBJETO da CONCESSÃO, salvo se por fato imputável ao CONCEDENTE;
- q. manifestações sociais e/ou públicas que comprometam a execução do OBJETO da CONCESSÃO ou que acarretem danos aos BENS VINCULADOS À CONCESSÃO;
- r. ocorrência de interrupção ou falha do fornecimento de materiais ou serviços pelos seus contratados e os atrasos daí decorrentes;
- s. incidência de responsabilidade civil, administrativa, ambiental, tributária e criminal por fatos que possam ocorrer durante a prestação dos serviços;
- t. qualquer atraso na conclusão do PLANO DE IMPLANTAÇÃO que ultrapasse o prazo limite disposto no ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA, ressalvado o disposto na cláusula 19,1, alínea “e” deste CONTRATO;

- u. as ineficiências ou perdas econômicas decorrentes de falhas na organização operacional e programação dos serviços realizados pela CONCESSIONÁRIA;

## **19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS RISCOS NÃO ASSUMIDOS PELA CONCESSIONÁRIA**

19.1. Não são riscos alocados à CONCESSIONÁRIA, dando ensejo ao procedimento de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, nas hipóteses de incremento ou redução dos custos por ela incorridos, aqueles relacionados:

- a. à alteração nas localizações indicadas no ANEXO IV – LOCAIS DE INSTALAÇÃO DOS RELÓGIOS ELETRÔNICOS DIGITAIS E CÂMERAS DE MONITORAMENTO para instalação dos RELÓGIOS ELETRÔNICOS DIGITAIS com as respectivas CÂMERAS DE MONITORAMENTO, por solicitação exclusiva do PODER CONCEDENTE.
- b. à disponibilidade desembaraçada do espaço para instalação dos mobiliários urbanos constantes dos ANEXOS;
- c. à criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, e as alterações normativas relacionadas à exploração publicitária após a apresentação da PROPOSTA COMERCIAL, quando comprovado seu impacto, ressalvados os impostos sobre a renda;
  - c.1) Ressalva-se, contudo, que eventuais taxas de publicidade ou encargos correlatos já considerados no fluxo de caixa do plano de negócio referencial, inclusive suas atualizações periódicas ou reajustes previstos em legislação municipal, não ensejarão recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, por se tratarem de encargos ordinários e previsíveis, devidamente precificados na modelagem econômico-financeira da CONCESSÃO.
  - c.2) A efetiva implementação da Emenda Constitucional nº 132, de 20 de dezembro de 2023, e as medidas de transição decorrentes do novo Sistema Tributário Nacional, serão consideradas encargos ordinários e previsíveis da CONCESSIONÁRIA, não ensejando recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, salvo se comprovado impacto

extraordinário e específico sobre a exploração publicitária, devidamente reconhecido pelo PODER CONCEDENTE.

- d. a decisões judiciais ou administrativas que diretamente impactem ou onerem, impeçam ou impossibilitem a CONCESSIONÁRIA de explorar integral ou parcialmente o OBJETO da CONCESSÃO, exceto nos casos em que a CONCESSIONÁRIA houver dado causa à situação sobre a qual estiverem fundadas referidas decisões;
- e. a atrasos ou inexecução das obrigações da CONCESSIONÁRIA causados pela demora ou omissão do PODER CONCEDENTE ou de demais órgãos ou entidades do Município de Uberlândia, desde que comprovada a regularidade formal, a tempestividade e a adequação dos requerimentos e solicitações encaminhados pela CONCESSIONÁRIA, e desde que os órgãos ou entidades competentes provocadas deixem de observar o prazo regulamentar a eles conferido para a respectiva manifestação ou os termos deste CONTRATO.
- f. ao descumprimento, pelo PODER CONCEDENTE, de suas obrigações contratuais ou regulamentares, incluindo, mas não se limitando ao descumprimento de prazos a ele aplicáveis nos termos deste CONTRATO ou na legislação vigente;
- g. à imposição, pelo PODER CONCEDENTE, de novas obrigações substantivas e imprevisíveis, ou à alteração unilateral das obrigações originalmente contempladas neste CONTRATO, desde que tais medidas extrapolem o poder de regulação e fiscalização ordinária e acarretem impacto econômico relevante e comprovado nos custos ou encargos da CONCESSIONÁRIA, hipótese em que poderá ser avaliada a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro;
- h. aos investimentos, pagamentos, custos e despesas decorrentes de eventuais desapropriações e instituição de servidões administrativas determinadas pelo PODER CONCEDENTE, na forma da lei;
- i. a atrasos excessivos e comprovadamente imprevisíveis na efetiva ligação e/ou restabelecimento de ligação elétrica dos mobiliários objeto deste CONTRATO pela Distribuidora de Energia, desde que a CONCESSIONÁRIA tenha cumprido integralmente suas obrigações de solicitação, acompanhamento e adequação técnica, hipótese em

que poderá ser avaliada a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro;

- i.1) Para os fins do disposto na alínea anterior, considerar-se-á atraso excessivo aquele que, de forma comprovadamente imprevisível e não imputável à CONCESSIONÁRIA, ultrapassar os prazos ordinariamente praticados pela distribuidora de energia elétrica para execução de ligação nova ou religação, comprometendo o cronograma de implantação ou a regularidade da operação dos equipamentos objeto desta CONCESSÃO;
- j. à greve dos funcionários e empregados do PODER CONCEDENTE que comprovadamente impeça ou impossibilite a CONCESSIONÁRIA de explorar integral ou parcialmente o OBJETO da CONCESSÃO CONTRATO;
- k. à alteração do rol de BENS REVERSÍVEIS em favor ao PODER CONCEDENTE;
- l. aos custos decorrentes do atraso na expedição, incluindo a demora na análise e aprovação da documentação, a não obtenção ou a negativa injustificada por parte das autoridades competentes, das licenças e autorizações necessárias à exploração do OBJETO da CONCESSÃO, desde que comprovado pela CONCESSIONÁRIA o cumprimento de todas as exigências legais e regulatórias previstas pela Administração Pública;
- m. a fatos, atos, omissões ou responsabilidades de natureza administrativa, civil ou criminal ocorridos anteriormente à assinatura deste CONTRATO e alheios ao OBJETO da CONCESSÃO, não sendo a CONCESSIONÁRIA responsável por passivos pretéritos do PODER CONCEDENTE;
- n. às modificações normativas ou legislativas supervenientes à data da apresentação da PROPOSTA COMERCIAL que, de forma comprovadamente imprevisível e extraordinária, acarretem impacto econômico relevante e específico sobre as obrigações da CONCESSIONÁRIA, hipótese em que poderá ser avaliada a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro;
- o. ao tratamento, armazenamento, utilização e compartilhamento das imagens captadas pelas CÂMERAS DE MONITORAMENTO pelo PODER CONCEDENTE, nos termos da legislação aplicável,

permanecendo sob responsabilidade da CONCESSIONÁRIA a operação, manutenção e conectividade dos equipamentos e a transmissão adequada das imagens ao sistema do PODER CONCEDENTE.

## **20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS REVISÕES ORDINÁRIAS**

20.1. Sem prejuízo das demais previsões deste CONTRATO e das prerrogativas legalmente conferidas ao PODER CONCEDENTE relativamente à imposição de novas obrigações ou de alterações sobre este CONTRATO, a cada 5 (cinco) anos contados da ORDEM DE INÍCIO, o CONTRATO poderá ser objeto de revisão e sofrer ajustes decorrentes de comum acordo entre as PARTES em função sobretudo de avanços tecnológicos, desde que mantidas as características do OBJETO originalmente contratado e o equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.

20.2. O procedimento de revisão deverá ser instaurado de ofício pelo PODER CONCEDENTE, ou a pedido da CONCESSIONÁRIA, no prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogável por igual período, da conclusão dos 5 (cinco) primeiros anos de vigência deste CONTRATO, e assim sucessivamente, até o final do prazo de duração da CONCESSÃO.

20.3. Caso não haja a necessidade de alterações dos parâmetros, condições e resultados gerais da CONCESSÃO, o PODER CONCEDENTE deverá instaurar o procedimento previsto nesta cláusula para se pronunciar sobre a desnecessidade de qualquer revisão, abrindo prazo para manifestação da CONCESSIONÁRIA.

20.3.1. Para fins da análise da necessidade, conveniência ou oportunidade da revisão de que trata esta cláusula, cada PARTE detalhará, no prazo de 30 (trinta) dias da instauração do processo, as eventuais alterações sugeridas, com as justificativas correspondentes, estudos e outros documentos que embasem a sua proposta.

20.4. O procedimento de revisão ordinária será concluído mediante acordo entre as PARTES, no prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogável por igual período.

20.5. Não chegando as PARTES a um acordo, observar-se-á o disposto na Cláusula Vigésima Quarta deste CONTRATO.

20.6. Do resultado do procedimento de revisão ordinária de que trata esta cláusula poderá ser revisto o equilíbrio econômico-financeiro da CONCESSÃO, em benefício da CONCESSIONÁRIA ou do PODER CONCEDENTE, nos termos deste CONTRATO.

20.7. Não havendo manifestação de nenhuma das PARTES em relação ao procedimento de revisão ordinária dentro dos prazos especificados nesta cláusula, será considerado que a CONCESSÃO não exige qualquer ajuste em seus parâmetros e condições gerais e específicos, podendo o CONTRATO se manter inalterado sem prejuízo da plena continuidade dos SERVIÇOS.

## **21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DAS REVISÕES EXTRAORDINÁRIAS**

21.1. Sem prejuízo das demais previsões deste CONTRATO, o PODER CONCEDENTE ou a CONCESSIONÁRIA poderão solicitar a revisão extraordinária deste CONTRATO, sempre com vistas à regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade e generalidade dos SERVIÇOS da CONCESSÃO, e desde que houver necessidade comprovada de inclusão e/ou exclusão de encargos neste CONTRATO.

21.2. A solicitação da CONCESSIONÁRIA deverá vir acompanhada das razões que justifiquem a revisão pretendida, com os detalhamentos, levantamentos, estudos ou pareceres técnicos julgados pertinentes.

21.3. O procedimento de revisão extraordinária será concluído mediante acordo entre as PARTES, no prazo de 90 (noventa) dias, prorrogável por igual período.

21.4. Não chegando as PARTES a um acordo, observar-se-á o disposto na Vigésima Quarta deste CONTRATO.

21.5. A revisão extraordinária deste CONTRATO não poderá considerar eventos ocorridos há mais de 1 (um) ano contado da data em que a PARTE interessada deles tiver tomado conhecimento ou devesse tê-lo tomado, sob pena de preclusão do direito à revisão.

21.6. Do resultado do procedimento de revisão extraordinária de que trata esta cláusula poderá ser revisto o equilíbrio econômico-financeiro da CONCESSÃO, em benefício da CONCESSIONÁRIA ou do PODER CONCEDENTE, nos termos deste CONTRATO.

## **22. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

22.1. Considerar-se-á mantido o equilíbrio econômico-financeiro deste CONTRATO sempre que as condições nele previstas forem observadas por ambas as PARTES, em conformidade com a matriz de alocação de riscos estabelecida.

22.2. O desequilíbrio econômico-financeiro será caracterizado quando comprovada alteração relevante na equação econômico-financeira originalmente pactuada,

decorrente de evento extraordinário e imprevisível cujo risco não tenha sido expressamente alocado à parte afetada, nos termos da matriz de riscos deste CONTRATO.

22.3. A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO será efetivada, de comum acordo entre as PARTES, cabendo ao PODER CONCEDENTE a prerrogativa de escolher, dentre as seguintes opções, ou outras que forem legalmente admitidas, a forma pela qual será implementada:

- a. alteração do prazo de CONCESSÃO;
- b. pagamento de indenização em dinheiro;
- c. desconto nos valores de OUTORGA devidos;
- d. revisão dos encargos e obrigações assumidos pela CONCESSIONÁRIA, inclusive prazos vinculantes da CONCESSÃO;
- e. assunção de investimentos pelo PODER CONCEDENTE;
- f. outra forma definida em comum acordo entre as PARTES; e
- g. combinação das modalidades anteriores.

22.4. As alternativas para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro não poderão alterar a alocação de riscos originalmente previstos no CONTRATO.

22.5. A CONCESSIONÁRIA não fará jus à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro a seu favor em decorrência da verificação de quaisquer dos riscos a ela atribuídos.

22.6. Poderão ser firmados convênios, termos de cooperação ou contratos de prestação de serviços com terceiros pelo PODER CONCEDENTE, a seu exclusivo critério, para avaliação e emissão de laudo sobre o cálculo do reequilíbrio econômico-financeiro da CONCESSÃO.

## **23. CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DO PROCEDIMENTO PARA RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

23.1. O procedimento para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro deste CONTRATO poderá ser instaurado por qualquer das PARTES, nas hipóteses de ocorrência de eventos relacionados a riscos ou obrigações alocados à outra PARTE, devendo a PARTE pleiteante demonstrar a ocorrência do evento, sua tempestividade e o respectivo impacto econômico-financeiro.

23.1.1. A PARTE pleiteante deverá, preferencialmente, comunicar formalmente à outra PARTE o evento que enseje o desequilíbrio, no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contados da ciência inequívoca de sua ocorrência, de modo a



preservar a contemporaneidade da relação contratual e permitir a adequada avaliação de suas consequências.

23.1.2.A ausência de solicitação de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro no prazo de até 1 (um) ano, contado da ciência inequívoca do evento causador do desequilíbrio, importará em renúncia ao direito de pleitear a revisão com base nesse evento específico.

23.2. O pleito de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formalizado por meio de comunicação fundamentada, acompanhada de toda a documentação necessária à demonstração de seu cabimento, contendo, no mínimo:

- a. descrição precisa do evento ensejador do desequilíbrio, com indicação da data de ocorrência, da provável duração de seus efeitos e da alocação contratual de responsabilidade, quando aplicável, instruída, se pertinente, com relatório técnico, laudo pericial ou estudo independente;
- b. quantificação dos impactos econômicos efetivamente verificados no fluxo de caixa do CONTRATO, com a data de ocorrência de cada variação identificada ou, no caso de novos investimentos e/ou custos, a estimativa de impacto projetado para fins de cálculo da recomposição;
- c. demonstração detalhada dos efeitos econômicos diretos e indiretos, positivos e negativos, suportados pela PARTE pleiteante, acompanhada de sumário explicativo que indique os regimes contábil e tributário aplicáveis às receitas ou custos afetados; e
- d. demonstração circunstanciada dos pressupostos e parâmetros utilizados nas projeções, no caso de eventuais desequilíbrios futuros, incluindo hipóteses de variação de demanda, custos, receitas ou encargos.

23.3. O pedido de recomposição deverá conter, conforme o caso, a indicação expressa da pretensão de revisão do CONTRATO, acompanhado de demonstração circunstanciada dos pressupostos e parâmetros utilizados, bem como da avaliação dos impactos econômicos e das eventuais alternativas de reequilíbrio das prestações contratuais entre as PARTES.

23.4. O procedimento de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro instaurado por qualquer das PARTES deverá ser formalmente comunicado à outra PARTE, que disporá do prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, para manifestar-se e apresentar eventual contraprova, parecer técnico ou proposta alternativa.

23.5. Para fins de confirmação das situações ensejadoras do desequilíbrio e de dimensionamento dos respectivos impactos e medidas compensatórias, as PARTES poderão, de comum acordo, contar com o apoio de entidade ou consultoria especializada, contratada especificamente para essa finalidade.

23.6. O PODER CONCEDENTE terá livre acesso a todas as informações, documentos, instalações e bens da CONCESSIONÁRIA e de terceiros por ela contratados, para verificação e aferição dos dados, cálculos e fundamentos apresentados no pedido de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.

23.7. A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro poderá ser efetuada de forma preventiva ou corretiva, ou seja, anteriormente ou posteriormente à ocorrência do impacto econômico do evento que deu origem ao desequilíbrio, conforme avaliação técnica e conveniência das PARTES.

23.8. A metodologia de recomposição observará o critério do fluxo de caixa marginal, de modo que o Valor Presente Líquido (VPL) do fluxo de caixa marginal projetado em razão do evento que motivou a recomposição seja igual a zero.

23.8.1. Para tanto, serão considerados, na mesma data-base:

- a. os fluxos de caixa marginais resultantes do evento ensejador da recomposição; e
- b. os fluxos de caixa marginais compensatórios necessários para o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro.

23.8.2. A taxa de desconto (TD) aplicável ao cálculo do VPL será definida pela seguinte fórmula:

$$TD = TR \times 1,8049$$

23.8.3. Para fins da Subcláusula 23.8.2:

- a. TD: Taxa de desconto real anual, desconsiderada a parcela referente à variação do IPCA/IBGE, utilizada no cálculo do valor presente dos fluxos de caixa marginais; e
- b. TR corresponde à Taxa de Rendimento anual composta pela média diária dos últimos 12 (doze) meses da taxa bruta de juros de venda do título “Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais 2045” (antigas Notas do Tesouro Nacional Série B – NTN-B), publicada pela Secretaria do Tesouro Nacional, apurada na data do efetivo impacto do evento de desequilíbrio no fluxo de caixa da CONCESSIONÁRIA,

também desconsiderada a parcela referente à variação do IPCA/IBGE.

23.8.4. Todas as receitas e dispêndios considerados no fluxo de caixa marginal deverão ser expressos em moeda corrente nacional e avaliados em termos reais, ou seja, sem a inclusão da variação do IPCA/IBGE.

23.8.5. Para fins de determinação dos dispêndios marginais, deverão ser utilizadas as melhores informações técnicas e econômicas disponíveis, de modo a refletir as condições efetivas e atuais de mercado, abrangendo os valores de investimentos, custos, despesas operacionais, receitas e demais ganhos ou perdas decorrentes do evento ensejador do desequilíbrio.

23.8.6. O PODER CONCEDENTE poderá solicitar que a CONCESSIONÁRIA comprove que os valores necessários à execução de novos investimentos ou ajustes contratuais foram apurados com base em valores de mercado, observando:

- a. o custo global de obras ou atividades similares realizadas no Brasil; ou
- b. sistemas de custos referenciais que utilizem como insumo valores praticados no mercado do setor específico objeto da CONCESSÃO;
- c. em ambos os casos descritos nas alíneas “a e “b” acima, os valores deverão ser aferidos mediante orçamento sintético, elaborado por metodologia expedita ou paramétrica, que possibilite a verificação da razoabilidade e transparência dos montantes apresentados.

23.9. Para a determinação do valor a ser reequilibrado, deverão ser considerados os efeitos dos tributos diretos e indiretos efetivamente incidentes sobre o fluxo de dispêndios marginais e efetivamente desembolsados, observando-se o regime tributário vigente à época do evento que deu causa ao desequilíbrio.

23.10. A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro será implementada por meio de uma ou mais das modalidades previstas na Cláusula 22.3 deste CONTRATO, a critério do PODER CONCEDENTE.

23.11. Na hipótese de o reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO ser implementado mediante alteração do prazo da CONCESSÃO, poderão ser considerados, mediante prévia demonstração técnica e aprovação pelo PODER CONCEDENTE, os custos e despesas adicionais estritamente necessários à reposição de BENS REVERSÍVEIS, desde que:

- a) tais reinvestimentos não estejam previstos no plano de manutenção ordinária da CONCESSIONÁRIA; e
- b) sejam comprovadamente indispensáveis à continuidade da prestação dos serviços até o novo termo contratual.

23.12. O procedimento de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro observará, em todas as suas fases, os princípios da transparência e motivação, sendo seus resultados formalizados em termo aditivo ou instrumento equivalente.

#### **24. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – MECANISMO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS**

24.1. Os conflitos e controvérsias decorrentes deste CONTRATO, ou com ele relacionados, serão, sempre que possível, resolvidos de forma amigável, observados os princípios da boa-fé, cooperação e consensualidade.

24.2. Persistindo o conflito, as PARTES poderão instaurar Comitê de Resolução de Disputas, constituído de forma extraordinária, composto por até 02 (dois) representantes do PODER CONCEDENTE e 02 (dois) representantes da CONCESSIONÁRIA, com competência para dirimir divergências relativas à execução do OBJETO deste CONTRATO.

24.2.1. Caso haja necessidade de membro neutro, as PARTES poderão, de comum acordo, indicar profissional independente, com experiência comprovada na especialidade objeto da controvérsia ou matérias correlatas, sendo vedada a indicação de pessoa que mantenha vínculo direto ou indireto com quaisquer das PARTES ou que possa ter interesse no resultado da controvérsia.

24.2.2. As despesas decorrentes da participação do membro neutro serão arcadas pela CONCESSIONÁRIA, sem prejuízo da obrigação de assegurar a transparência e o registro dos correspondentes pagamentos nos autos do correspondente processo administrativo.

24.3. O procedimento de resolução de disputas observará as seguintes diretrizes:

- a. A PARTE interessada notificará a outra, por escrito, apresentando suas alegações, documentos, proposta de solução e a indicação do(s) seu(s) representante(s);
- b. A PARTE notificada indicará seu(s) representante(s) no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar do recebimento da notificação;
- c. O Comitê de Resolução de Disputas deverá emitir parecer ou recomendação no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de sua constituição, prorrogável de comum acordo entre as PARTES;

- d. As recomendações do Comitê, quando aceitas pelas PARTES, terão efeito vinculante e deverão ser arquivadas pelo PODER CONCEDENTE.

24.4.A submissão de qualquer questão ao Comitê de Resolução de Disputas não exonera a CONCESSIONÁRIA de dar integral cumprimento às suas obrigações contratuais e às determinações do PODER CONCEDENTE, incluindo as emitidas após a apresentação da questão, nem permite qualquer interrupção no desenvolvimento das atividades relacionadas com a CONCESSIONÁRIA.

24.5.Na hipótese de impasse ou não aceitação da decisão do Comitê de Resolução de Disputas, as PARTES poderão submeter a controvérsia à ARBITRAGEM, nos termos da Cláusula Vigésima Quinta.

## **25. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – SOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIAS POR ARBITRAGEM**

25.1.As controvérsias decorrentes deste CONTRATO, relacionadas a direitos patrimoniais disponíveis, inclusive quanto à sua interpretação, serão dirimidas por arbitragem.

25.1.1.A divergência levada à arbitragem não requer prévia tentativa de solução por Comitê de Resolução de Disputas.

25.2.A arbitragem deverá ser realizada no Brasil, utilizando-se a língua portuguesa como idioma oficial para prática de todo e qualquer ato.

25.3.A arbitragem será de direito, aplicando-se as regras e princípios do ordenamento jurídico da República Federativa do Brasil, sendo vedada a possibilidade de se decidir por equidade, devendo as PARTES, de comum acordo, designar a instituição arbitral que conduzirá o procedimento de acordo com o seu Regulamento de Arbitragem.

25.4.Não havendo consenso entre as PARTES, o PODER CONCEDENTE indicará como instituição de arbitragem a Corte de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional (CCI), a Câmara de Mediação e Arbitragem Empresarial Brasil (CAMARB), a Câmara de Arbitragem da FEDERASUL (CAF) ou outra de reputação e reconhecimento equivalentes.

25.5.O tribunal arbitral será composto por 3 (três) membros titulares e 3 (três) suplentes de reconhecida idoneidade e conhecimento da matéria a ser decidida, cabendo a cada PARTE indicar um árbitro titular e um suplente.

25.6. O terceiro árbitro e seu suplente serão escolhidos de comum acordo pelos dois titulares indicados pelas PARTES, devendo ter experiência comprovada na especialidade objeto da controvérsia.

25.7. A presidência do tribunal arbitral caberá ao terceiro árbitro.

25.8. Não havendo consenso entre os membros titulares escolhidos por cada PARTE, o terceiro árbitro e seu suplente serão indicados pelo tribunal arbitral indicado conforme Cláusula 25.4, observados os termos e condições aplicáveis previstos no seu regulamento de arbitragem.

25.9. A PARTE vencida no procedimento de arbitragem arcará, ao final, com todos os custos do procedimento, incluindo os honorários dos árbitros.

25.10. As PARTES concordam, no entanto, que a CONCESSIONÁRIA arcará com os custos do procedimento arbitral até que seja proferida a respectiva sentença, independentemente da PARTE que solicitar o seu início.

25.11. Após a sentença arbitral, se ela for inteiramente desfavorável ao PODER CONCEDENTE, este deverá reembolsar a CONCESSIONÁRIA pelas despesas incorridas, o que poderá ocorrer por meio do desconto respectivo sobre o pagamento da OUTORGA, nos meses subsequentes ao da respectiva sentença, até a quitação total do valor devido.

25.12. No caso de procedência parcial do pleito levado ao tribunal arbitral, os custos serão divididos entre as PARTES, se assim entender o tribunal, na proporção da sucumbência de cada uma, devendo o PODER CONCEDENTE ressarcir a CONCESSIONÁRIA proporcionalmente pelas custas que esta tenha antecipado no aludido procedimento.

25.13. Cada uma das PARTES arcará com seus próprios custos referentes a honorários advocatícios, independentemente da sucumbência determinada na sentença arbitral.

25.14. Caso seja necessária a obtenção de medidas coercitivas ou de urgência antes da constituição do tribunal arbitral, ou mesmo durante o procedimento amigável de solução de divergências, as PARTES poderão requerê-las diretamente ao Poder Judiciário.

25.15. As decisões do tribunal de arbitragem serão definitivas para o impasse e vincularão as PARTES.

25.16. A submissão de qualquer questão à arbitragem não exonerará as PARTES do tempestivo cumprimento de todas as obrigações contratuais, nem autorizará a interrupção ou suspensão das atividades relacionadas ao OBJETO da CONCESSÃO,

que deverão prosseguir normalmente, nos termos vigentes à data da instauração do procedimento arbitral, até que sobrevenha decisão final.

## **26. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – DOS SEGUROS**

26.1. Durante todo o prazo de vigência da CONCESSÃO, a CONCESSIONÁRIA deverá manter, com companhia seguradora autorizada a funcionar e operar no Brasil, com Certidão de Regularidade Operacional expedida pela SUSEP, e de porte compatível com o objeto segurado, apólices de seguros necessárias para assegurar a efetiva e abrangente cobertura de riscos inerentes ao desenvolvimento de serviços, de eventuais obras e atividades contempladas na presente CONCESSÃO, sem prejuízo dos seguros exigíveis pela legislação aplicável.

26.2. O PODER CONCEDENTE e a CONCESSIONÁRIA deverão ser co-segurados em todas as apólices de seguro contratadas, cabendo à CONCESSIONÁRIA assegurar que as condições de cobertura prevejam expressamente essa inclusão.

26.2.1. O cancelamento, suspensão, modificação, renovação ou substituição de quaisquer apólices ou condições de seguro deverão ser previamente comunicados ao PODER CONCEDENTE.

26.3. A CONCESSIONÁRIA deverá contratar seguro de responsabilidade civil referente ao OBJETO da CONCESSÃO, com renovação anual de suas apólices, que deverão prever indenizações por danos pessoais contra usuários e terceiros, bem como danos materiais, decorrente de qualquer ocorrência de sinistro, sob pena de suportar integralmente os danos referidos nesta cláusula por intermédio da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO.

26.4. Os valores contratados deverão ser definidos pela CONCESSIONÁRIA, devendo as franquias serem aquelas praticadas pelo mercado segurador em negócios desta natureza.

26.5. Todas as apólices de seguro deverão ter vigência mínima de 12 (doze) meses.

26.6. A CONCESSIONÁRIA deverá fornecer, em prazo não superior a 30 (trinta) dias do início de cada ano da CONCESSÃO, certificado emitido pela(s) seguradora(s) confirmando que todas as apólices de seguros contratadas estão válidas, e que os respectivos prêmios se encontram pagos.

26.7. A CONCESSIONÁRIA deverá fornecer, no final da vigência do seguro, caso não possua nova apólice, certificado emitido pela(s) seguradora(s) confirmando que os riscos envolvidos foram colocados no mercado segurador, conforme período determinado e de acordo com as coberturas e franquias solicitadas por ela,



aguardando apenas a conclusão de procedimentos regulatórios e/ou burocráticos para emissão da nova apólice.

26.8. A CONCESSIONÁRIA deverá fazer constar das apólices de seguro a obrigação da seguradora de informar por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, à CONCESSIONÁRIA e ao PODER CONCEDENTE, quaisquer fatos que possam implicar o cancelamento, total ou parcial, dos seguros contratados, redução de cobertura, aumento de franquia ou redução de importâncias seguradas, observadas as situações previstas em lei.

26.9. A CONCESSIONÁRIA deverá estipular, por sua conta e risco, as coberturas, os valores segurados e os níveis de franquia mais adequados aos riscos envolvidos.

26.10. A CONCESSIONÁRIA é responsável pelo pagamento integral da franquia, em caso de utilização de qualquer seguro previsto no CONTRATO.

26.11. Eventuais diferenças entre os valores contratados e as indenizações/sinistros pagos não ensejarão direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO e nem elidirão a obrigação da CONCESSIONÁRIA de cumprir todas as obrigações previstas no CONTRATO, não podendo servir de motivo para a não realização de qualquer investimento objeto deste CONTRATO, especialmente outros investimentos que se mostrem necessários em função da ocorrência do sinistro, cujos valores não tenham sido cobertos integralmente pelas apólices.

26.12. Os seguros deverão ter como beneficiários a CONCESSIONÁRIA e o PODER CONCEDENTE.

26.13. As apólices emitidas não poderão conter obrigações, restrições ou disposições que contrariem as disposições do presente CONTRATO ou a regulação setorial.

26.14. As apólices de seguro contratadas pela CONCESSIONÁRIA deverão conter expressamente cláusula de recomposição automática dos valores segurados, inclusive para o seguro de Responsabilidades Civil, salvo se essa cobertura não estiver disponível no mercado segurador.

26.15. Qualquer indenização devida em decorrência de sinistros cobertos pelo seguro previsto nesta cláusula deverá ser objeto de comunicação ao PODER CONCEDENTE até 5 (cinco) dias após o pagamento.

26.16. A CONCESSIONÁRIA deverá registrar, na comunicação referida na subcláusula anterior, o montante devido, bem como as causas que deram origem à indenização e a data de ocorrência.

26.17. Os recursos provenientes das indenizações decorrentes dos seguros contratados pela CONCESSIONÁRIA deverão ser utilizados para a garantia da

continuidade dos serviços de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, exceto se o evento resultar em extinção da CONCESSÃO ou se o PODER CONCEDENTE vier a responder pelo sinistro, hipótese na qual as indenizações decorrentes das apólices deverão se destinar à sua indenização direta.

26.18.A CONCESSIONÁRIA assume toda a responsabilidade pela abrangência ou omissões decorrentes da consecução dos seguros de que trata este CONTRATO, inclusive para fins dos riscos assumidos.

## **27. CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – DA ESTRUTURA DA CONCESSIONÁRIA**

27.1.A CONCESSIONÁRIA, estruturada sob a forma de sociedade por ações nos termos da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e com sede no Município de Uberlândia, deverá indicar em seu estatuto, como finalidade exclusiva, a exploração da CONCESSÃO, sendo sua composição acionária aquela apresentada na LICITAÇÃO e constante de seus instrumentos societários, os quais deverão ser entregues, atualizados, ao PODER CONCEDENTE.

27.2. O capital social da CONCESSIONÁRIA reger-se-á pelos parâmetros dispostos nesta cláusula e pelas normas pertinentes.

27.3. Na data de assinatura do CONTRATO, o capital social integralizado da CONCESSIONÁRIA deverá ser de, no mínimo, R\$ 488.557,81 (quatrocentos e oitenta e oito mil, e quinhentos e cinquenta e sete reais e oitenta e um centavos) equivalente a 1% (um por cento) do Valor do CONTRATO.

27.3.1. O valor especificado na Cláusula 27.3 não poderá sofrer redução durante todo o prazo da CONCESSÃO.

27.4. A CONCESSIONÁRIA obriga-se a manter o PODER CONCEDENTE permanentemente informado sobre a integralização do capital referida nas subcláusulas anteriores, sendo facultado ao PODER CONCEDENTE realizar diligências e auditorias para verificação da regularidade da situação.

27.5. Enquanto não estiver completa a integralização de capital social disposta nas subcláusulas anteriores, os acionistas da CONCESSIONÁRIA são solidariamente responsáveis, independentemente da proporção das ações subscritas por cada um, perante o PODER CONCEDENTE, por obrigações da CONCESSIONÁRIA nos termos deste CONTRATO, até o limite do valor da parcela faltante para integralização.

27.6. No caso de integralização em bens, o processo avaliativo deverá observar as normas da Lei Federal nº 6.404/76.

27.7.A CONCESSIONÁRIA poderá emitir obrigações, debêntures ou títulos financeiros similares que representem obrigações de sua responsabilidade em favor de terceiros, devendo submeter ao conhecimento do PODER CONCEDENTE tais operações, no prazo máximo de 30 (trinta) dias da sua efetivação.

27.8.Os recursos à disposição da CONCESSIONÁRIA deverão ser aplicados exclusivamente no desenvolvimento de atividades relacionadas à CONCESSÃO de que trata este CONTRATO.

## **28. CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – DA TRANSFERÊNCIA DE CONTROLE E ALTERAÇÕES ESTATUTÁRIAS DA CONCESSIONÁRIA**

28.1.Nenhuma alteração societária será admitida no âmbito da CONCESSIONÁRIA até a emissão do TERMO DE CONCLUSÃO DO PLANO DE IMPLANTAÇÃO, salvo em situações excepcionais, devidamente justificadas e autorizadas pelo PODER CONCEDENTE, desde que demonstrado não haver prejuízo à continuidade e à qualidade da execução do OBJETO deste CONTRATO.

28.2.Durante todo o prazo de vigência da CONCESSÃO, a transferência do controle societário da CONCESSIONÁRIA ou alterações na composição societária da SPE somente poderão ocorrer mediante prévia e expressa anuência do PODER CONCEDENTE, observadas as condições fixadas neste CONTRATO, e desde que não coloquem em risco a execução dos serviços concedidos.

28.2.1. O descumprimento do disposto nesta cláusula poderá ensejar a caducidade da CONCESSÃO, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades cabíveis.

28.2.2. A CONCESSIONÁRIA deverá submeter ao PODER CONCEDENTE toda a documentação comprobatória da alteração societária pretendida, acompanhada da atualização dos documentos societários, da comprovação da regularidade fiscal e trabalhista e da manutenção das condições de habilitação técnica, econômico-financeira e jurídica exigidas na licitação.

28.3. A CONCESSIONÁRIA compromete-se a não efetuar em seus livros sociais, sem a prévia anuência do PODER CONCEDENTE, qualquer registro que importe em cessão, transferência ou oneração das ações societárias que compõem o CONTROLE societário direto da SPE.

28.4. Desde que possam, em bloco ou isoladamente, caracterizar a modificação do CONTROLE societário direto da SPE, consideram-se ato(s) também sujeitos à prévia anuência do PODER CONCEDENTE para fins deste CONTRATO:

- a. celebração de acordo de acionistas;
- b. emissão de valores mobiliários conversíveis em ações; e
- c. instituição de garantia e direitos de terceiros sobre ações.

28.4.1. A emissão de valores mobiliários não enquadráveis na situação descrita na alínea “(b)”, mesmo quando se tratar de valores mobiliários não conversíveis em ações, deverá ser submetida ao conhecimento prévio do PODER CONCEDENTE.

28.5. A transferência da participação de acionista da CONCESSIONÁRIA para outras sociedades CONTROLADORAS, CONTROLADAS ou sob CONTROLE comum, direto ou indireto, deste mesmo acionista, deverá ser objeto de comunicação ao PODER CONCEDENTE, no prazo de até 10 (dez) dias antes da efetivação da respectiva operação.

28.6. A solicitação de transferência do CONTROLE da CONCESSIONÁRIA deverá ser encaminhada ao PODER CONCEDENTE contendo justificativa para tanto, bem como elementos que subsidiem sua análise.

28.7. Para obtenção da referida anuência de transferência da CONCESSÃO ou do CONTROLE societário da CONCESSIONÁRIA, o interessado deverá:

- a. atender às exigências de capacidade técnica, idoneidade financeira e regularidade jurídica, fiscal e trabalhista necessárias à assunção do OBJETO da CONCESSÃO, conforme previsto no EDITAL;
- b. prestar e manter as garantias pertinentes, conforme o caso; e
- c. comprometer-se a cumprir todas as cláusulas deste CONTRATO.

28.8. Durante todo o período da CONCESSÃO, a CONCESSIONÁRIA também deverá submeter à prévia anuência do PODER CONCEDENTE as alterações em seu respectivo estatuto social, que envolvam:

- a. a cisão, fusão, transformação ou incorporação da SPE;
- b. a alteração do objeto social da SPE;
- c. a redução de capital social da SPE; e
- d. a emissão de ações de classes diferentes da SPE.

28.9. O PODER CONCEDENTE examinará a(s) solicitação(ões) encaminhada(s) pela CONCESSIONÁRIA nos termos da presente cláusula no prazo de até 30 (trinta) dias, prorrogáveis por igual período, caso necessário, podendo solicitar esclarecimentos e documentos adicionais à CONCESSIONÁRIA ou aos FINANCIADOR(ES), bem como

convocar os acionistas controladores da SPE e promover outras diligências consideradas adequadas.

28.10. Inexistindo manifestação do PODER CONCEDENTE no prazo de que trata o item anterior, a(s) solicitação(ões) submetida(s) pela CONCESSIONÁRIA será(ão) considerada(s) aceita(s), ficando a CONCESSIONÁRIA autorizada a proceder com as alterações propostas.

28.11. Todos os documentos que formalizarem a alteração estatutária da CONCESSIONÁRIA, independentemente da necessidade de autorização prévia do PODER CONCEDENTE, deverão ser a ele encaminhados no prazo máximo de 30 (trinta) dias da respectiva alteração, passando a fazer parte integrante, quando for o caso, do CONTRATO.

28.12. Fica proibida durante toda a execução do CONTRATO a transferência da CONCESSÃO.

## **29. CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA – DA INTERVENÇÃO**

29.1. O PODER CONCEDENTE poderá intervir na CONCESSÃO, a fim de assegurar a adequação da prestação dos SERVIÇOS, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes, nos termos do artigo 32 e seguintes da Lei Federal nº 8.987/1995.

29.2. Quando não justificarem a caducidade da CONCESSÃO, são situações que autorizam a decretação da intervenção pelo PODER CONCEDENTE, a seu critério e à vista do interesse público, sem prejuízo das penalidades cabíveis e das responsabilidades incidentes:

- a. cessação ou interrupção, total ou parcial, das atividades OBJETO da CONCESSÃO fora das hipóteses admitidas neste CONTRATO e sem a apresentação de razões aptas à sua justificação;
- b. gestão da CONCESSIONÁRIA que coloque em risco a continuidade da CONCESSÃO;
- c. outras hipóteses em que haja risco à continuidade e à qualidade da execução dos SERVIÇOS;
- d. inadequações, insuficiências ou deficiências graves e reiteradas dos SERVIÇOS, caracterizadas pelo não atendimento sistemático das obrigações previstas neste CONTRATO; e

- e. oferecimento de óbice à atividade fiscalizatória do PODER CONCEDENTE, o que inclui a recusa em fornecer as informações e documentos necessários para a realização de tal procedimento.

29.3. Cessada a intervenção, caso o CONTRATO seja mantido em vigor, o OBJETO da CONCESSÃO voltará a ser de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA.

29.4. A intervenção far-se-á por decreto do PODER CONCEDENTE, que conterà, dentre outras informações pertinentes:

- a. os motivos da intervenção e sua justificativa;
- b. prazo da intervenção, de no máximo 180 (cento e oitenta) dias, de forma compatível e proporcional aos motivos que ensejaram a intervenção;
- c. os objetivos e os limites da intervenção; e
- d. o nome e a qualificação do interventor.

29.5. Decretada a intervenção, o PODER CONCEDENTE terá o prazo de 30 (trinta) dias para instaurar processo administrativo com vistas a comprovar as causas determinantes da medida e apurar eventuais responsabilidades, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

29.6. A decretação da intervenção levará ao imediato afastamento dos administradores da CONCESSIONÁRIA, mas não afetará o curso regular dos negócios da CONCESSIONÁRIA, tampouco seu normal funcionamento.

29.7. Não será decretada a intervenção quando, a juízo do PODER CONCEDENTE, ela for considerada inócua, injustamente benéfica à CONCESSIONÁRIA ou desnecessária.

29.8. Será declarada a nulidade da intervenção se ficar comprovado que o PODER CONCEDENTE não observou os pressupostos legais e regulamentares, ou os princípios da Administração Pública, devendo a CONCESSÃO ser imediatamente devolvida à CONCESSIONÁRIA, sem prejuízo do seu direito a eventual indenização.

As receitas realizadas durante o período de intervenção serão utilizadas para cobertura dos encargos previstos para o cumprimento do OBJETO da CONCESSÃO, incluindo-se os encargos com seguros e garantias, encargos decorrentes de financiamentos e ressarcimento dos custos de administração.

29.9. O eventual saldo remanescente, finda a intervenção, será entregue à CONCESSIONÁRIA, a não ser que seja extinta a CONCESSÃO, situação em que tais valores serão revertidos ao PODER CONCEDENTE.

### **30. CLÁUSULA TRIGÉSIMA – DA ASSUNÇÃO DOS SERVIÇOS PELOS FINANCIADORES**

30.1. O PODER CONCEDENTE poderá, nos termos do art. 27-A da Lei nº 8.987/1995, autorizar, mediante prévia e expressa anuência, a assunção do controle societário ou a administração temporária da CONCESSIONÁRIA por parte de seus FINANCIADORES ou garantidores, com o objetivo de promover a reestruturação financeira da CONCESSIONÁRIA e assegurar a continuidade e regularidade da prestação dos SERVIÇOS.

30.2. Para a autorização referida na subcláusula anterior, o PODER CONCEDENTE exigirá dos FINANCIADORES ou garantidores a comprovação de regularidade jurídica e fiscal, sendo dispensados os requisitos de qualificação técnica e econômico-financeira exigidos na licitação, sem prejuízo da manutenção de todas as demais condições contratuais.

30.3. A assunção do controle ou da administração temporária não implicará novação das obrigações da CONCESSIONÁRIA e de seus controladores, permanecendo inalteradas as responsabilidades assumidas perante terceiros, o PODER CONCEDENTE e os usuários dos SERVIÇOS.

30.4. Durante o período de assunção, os FINANCIADORES deverão observar integralmente as disposições deste CONTRATO, sendo-lhes facultada a indicação de novo controlador ou operador técnico, mediante prévia aprovação do PODER CONCEDENTE, desde que preservadas as condições de regularidade e continuidade dos SERVIÇOS.

### **31. CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA – DAS HIPÓTESES DE EXTINÇÃO DO CONTRATO**

31.1. A CONCESSÃO será extinta, observadas as normas legais específicas, quando ocorrer:

- a. o término do prazo de vigência contratual;
- b. a encampação;
- c. a caducidade;
- d. a rescisão;
- e. a anulação; e
- f. a falência ou a extinção da CONCESSIONÁRIA.



31.2. Extinta a CONCESSÃO, haverá a imediata assunção dos SERVIÇOS pelo PODER CONCEDENTE, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e liquidações necessários.

31.3. Extinta a CONCESSÃO, retornam ao PODER CONCEDENTE todos os BENS REVERSÍVEIS, direitos e privilégios transferidos à CONCESSIONÁRIA, conforme previsto no CONTRATO.

31.4. A CONCESSIONÁRIA deverá promover a retirada de todos os bens não reversíveis após o final do CONTRATO de CONCESSÃO.

31.5. Caso a CONCESSIONÁRIA não concorde com os valores indenizatórios atribuídos aos BENS REVERSÍVEIS ainda não totalmente depreciados ou amortizados, conforme relatório elaborado pelo PODER CONCEDENTE, poderá, às suas expensas, contratar empresa de auditoria ou avaliação independente para proceder à verificação e estimativa dos referidos bens.

31.5.1. O laudo emitido terá caráter meramente opinativo e não vinculante, destinando-se a subsidiar eventual processo de revisão ou discussão entre as PARTES.

31.5.2. Persistindo o desacordo entre as PARTES quanto ao valor da indenização, a controvérsia deverá ser dirimida por meio do mecanismo de solução de conflitos previsto na Cláusula Vigésima Quarta deste CONTRATO.

31.5.3. A existência de divergência quanto aos valores indenizatórios não suspenderá nem prejudicará a reversão dos bens, a continuidade da prestação dos SERVIÇOS, ou a transferência da posse e da responsabilidade pelos BENS REVERSÍVEIS ao PODER CONCEDENTE, devendo as PARTES assegurar a plena regularidade da transição até decisão final sobre a matéria.

31.6. A assunção dos SERVIÇOS autoriza a utilização, pelo PODER CONCEDENTE, de todos os BENS REVERSÍVEIS.

## **32. CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA – DO TÉRMINO DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL**

32.1. A CONCESSÃO extingue-se quando se verificar o término do prazo de sua duração, também se extinguindo, por consequência, as relações contratuais entre as PARTES.

32.2. Quando do advento do termo contratual, e ressalvadas as hipóteses expressamente previstas neste CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA será responsável pelo encerramento de quaisquer contratos inerentes à CONCESSÃO e celebrados

com terceiros, segundo as regras para o cálculo e o pagamento de valores residuais, nos termos da legislação vigente, assumindo todos os ônus daí resultantes.

32.3. Até 6 (seis) meses antes da data prevista para o término da vigência deste CONTRATO, o PODER CONCEDENTE estabelecerá, em conjunto e com a cooperação da CONCESSIONÁRIA, programa de desmobilização operacional, a fim de definir as regras e procedimentos para a assunção da operação pelo PODER CONCEDENTE ou por terceiro autorizado.

### **33. CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA – DA ENCAMPAÇÃO**

33.1. O PODER CONCEDENTE poderá, durante a vigência do CONTRATO, promover a retomada da CONCESSÃO, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento, à CONCESSIONÁRIA, de indenização.

33.2. A indenização devida à CONCESSIONÁRIA em caso de encampação cobrirá:

- a. as parcelas dos investimentos vinculados aos BENS REVERSÍVEIS, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados para o cumprimento do CONTRATO, deduzidos os ônus financeiros remanescentes;
- b. todas as despesas causadas pela encampação, bem como os custos de rescisão antecipada dos contratos celebrados pela CONCESSIONÁRIA para a execução do OBJETO da CONCESSÃO;  
e
- c. todos os encargos e ônus decorrentes de multas, rescisões e indenizações que se fizerem devidas a fornecedores, financiadores, contratados e terceiros em geral, inclusive honorários advocatícios, em decorrência do consequente rompimento dos respectivos vínculos contratuais.

33.3. O cálculo do valor da indenização dos BENS REVERSÍVEIS não amortizados será feito com base no valor contábil constante das demonstrações contábeis da CONCESSIONÁRIA, apurado segundo a legislação aplicável e as regras contábeis pertinentes, desconsiderados os efeitos de eventual reavaliação de ativos, salvo quando esta tiver sido feita com autorização expressa e sem ressalvas pelo PODER CONCEDENTE.

33.4. As multas, indenizações e quaisquer outros valores devidos pela CONCESSIONÁRIA ao PODER CONCEDENTE serão descontados da indenização prevista para o caso de encampação.

#### **34. CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA – DA CADUCIDADE**

34.1. Além dos casos enumerados pela Lei Federal nº 8.987/1995 e dos demais casos previstos neste CONTRATO, e sem prejuízo da aplicação das demais penalidades cabíveis, o PODER CONCEDENTE poderá promover a decretação da caducidade da CONCESSÃO nas seguintes hipóteses:

- a. quando o serviço estiver sendo prestado de forma inadequada ou deficiente, tendo por base as normas, critérios e demais parâmetros definidos no CONTRATO e seus ANEXOS;
- b. quando a CONCESSIONÁRIA descumprir reiteradamente cláusulas contratuais ou disposições legais ou regulamentares concernentes à CONCESSÃO;
- c. quando a CONCESSIONÁRIA, imotivadamente, paralisar o serviço ou concorrer para tanto;
- d. quando a CONCESSIONÁRIA perder as condições econômicas, técnicas ou operacionais para manter a adequada prestação do serviço concedido;
- e. quando a CONCESSIONÁRIA não cumprir tempestivamente as penalidades a ela impostas pelo PODER CONCEDENTE, inclusive o pagamento de multas, em virtude do cometimento das infrações previstas neste CONTRATO;
- f. quando a CONCESSIONÁRIA não atender à intimação do PODER CONCEDENTE no sentido de regularizar a prestação do serviço;
- g. quando a CONCESSIONÁRIA descumprir a obrigação de contratar e manter em plena vigência as apólices de seguro ou quando não mantiver a GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, nos termos deste CONTRATO;
- h. quando ocorrer a transferência do CONTROLE societário da CONCESSIONÁRIA, sem a prévia anuência do PODER CONCEDENTE;
- i. quando ocorrer a transferência da CONCESSÃO; e

- j. quando a CONCESSIONÁRIA não atender à intimação do PODER CONCEDENTE para, em 180 (cento e oitenta) dias, apresentar documentação relativa à regularidade fiscal, no curso da CONCESSÃO.

34.2. A declaração da caducidade da CONCESSÃO deverá ser precedida da verificação da inadimplência da CONCESSIONÁRIA em processo administrativo, assegurado o direito de ampla defesa.

34.3. Não será instaurado processo administrativo de inadimplência antes de comunicado à CONCESSIONÁRIA demonstrando detalhadamente os descumprimentos contratuais e oferecendo-lhe prazo para corrigir as falhas e transgressões apontadas e para o reenquadramento, nos termos contratuais.

34.4. Instaurado o processo administrativo e comprovada a inadimplência, a caducidade será declarada por decreto do PODER CONCEDENTE, independentemente de indenização prévia, calculada no decurso do processo.

34.5. Declarada a caducidade e paga a respectiva indenização, não resultará para o PODER CONCEDENTE qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou com empregados da CONCESSIONÁRIA.

34.6. A declaração de caducidade acarretará, ainda:

- a. a execução da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, para ressarcimento de eventuais prejuízos causados ao PODER CONCEDENTE;
- b. a retenção de eventuais créditos decorrentes do CONTRATO, até o limite dos prejuízos causados ao PODER CONCEDENTE.

34.7. A indenização devida à CONCESSIONÁRIA em caso de caducidade restringir-se-á ao valor dos investimentos vinculados a BENS REVERSÍVEIS ainda não amortizados, seguindo as diretrizes do CONTRATO.

34.8. Do montante previsto na cláusula anterior serão descontados:

- a. os prejuízos causados pela CONCESSIONÁRIA ao PODER CONCEDENTE e à sociedade;
- b. as multas contratuais aplicadas à CONCESSIONÁRIA que não tenham sido pagas até a data do pagamento da indenização; e

- c. quaisquer valores recebidos pela CONCESSIONÁRIA a título de cobertura de seguros relacionados aos eventos ou circunstâncias que ensejaram a declaração de caducidade.

34.9. O PODER CONCEDENTE poderá, no prazo máximo de 12 (doze) meses a contar da extinção do CONTRATO por caducidade, promover nova licitação do serviço concedido, podendo ainda atribuir à vencedora o ônus do pagamento direto da indenização cabível à antiga CONCESSIONÁRIA.

### **35. CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA – DA RESCISÃO**

35.1. O CONTRATO poderá ser rescindido por iniciativa da CONCESSIONÁRIA, no caso de descumprimento das normas contratuais pelo PODER CONCEDENTE, mediante ação judicial e/ou procedimento de Arbitragem especialmente intentado para esse fim.

35.1.1. Na hipótese prevista nesta cláusula, os SERVIÇOS prestados pela CONCESSIONÁRIA não poderão ser interrompidos ou paralisados até a decisão judicial transitada em julgado.

35.2. A indenização devida à CONCESSIONÁRIA, no caso de rescisão judicial, será calculada na mesma forma da encampação, pelos mesmos critérios aplicáveis para aquela hipótese.

### **36. CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA – DA ANULAÇÃO**

36.1. O CONTRATO poderá ser anulado por decisão judicial, na hipótese de ocorrência de ilegalidade que caracterize vício insanável, observado o contraditório e a ampla defesa.

36.2. A indenização devida à CONCESSIONÁRIA, no caso de anulação do CONTRATO, será calculada na mesma forma da encampação, pelos mesmos critérios aplicáveis para aquela hipótese.

36.3. A indenização não será devida se a CONCESSIONÁRIA tiver concorrido para a ilegalidade e nos casos em que a ilegalidade lhe for imputada de forma exclusiva, situações em que a indenização a ela devida será apurada na mesma forma da caducidade, pelos mesmos critérios aplicáveis para aquela hipótese.

36.3.1. Na hipótese de que trata a cláusula 36.3, o PODER CONCEDENTE poderá, no prazo máximo de 12 (doze) meses a contar da extinção do CONTRATO, promover nova licitação do serviço concedido, podendo ainda

atribuir à vencedora o ônus do pagamento direto da indenização cabível à CONCESSIONÁRIA.

### **37. CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA – FALÊNCIA OU EXTINÇÃO DA CONCESSIONÁRIA**

37.1. Na hipótese de extinção do CONTRATO por falência ou extinção da CONCESSIONÁRIA, a indenização ficará limitada ao valor das parcelas dos investimentos vinculados a BENS REVERSÍVEIS ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade dos SERVIÇOS, descontado o valor das multas contratuais e dos danos eventualmente causados pela CONCESSIONÁRIA.

37.2. O PODER CONCEDENTE poderá, no prazo máximo de 12 (doze) meses a contar da extinção do CONTRATO pela falência ou extinção da CONCESSIONÁRIA, promover nova licitação do serviço concedido, podendo ainda atribuir à vencedora o ônus do pagamento direto da indenização cabível aos FINANCIADORES da antiga CONCESSIONÁRIA.

37.3. Não poderá ser procedida a partilha do respectivo patrimônio social da CONCESSIONÁRIA falida sem que o PODER CONCEDENTE ateste, mediante auto de vistoria, o estado em que se encontram os BENS REVERSÍVEIS, e sem que se efetue o pagamento das quantias devidas ao PODER CONCEDENTE, a título de indenização ou a qualquer outro título, observada a preferência dos credores com garantia legal.

### **38. CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA – DAS COMUNICAÇÕES**

38.1. Todas as comunicações recíprocas entre as PARTES, relativas ao CONTRATO, serão consideradas como efetuadas se entregues por mensagem eletrônica ou por correspondência física, nos endereços a serem especificados email \_\_\_\_\_ ou por correspondência \_\_\_\_\_.

38.2. A entrega de qualquer correspondência, inclusive a que encaminha documentos, será feita por portador, com protocolo de recebimento, ou por correspondência com aviso de Recebimento – AR ou mensagem eletrônica com registro de recebimento, devendo, em qualquer dos casos, constar o número do CONTRATO, o assunto, a data de recebimento e o nome do remetente.

38.3. O PODER CONCEDENTE e a CONCESSIONÁRIA deverão, no prazo de 15 (quinze) dias contados da data de publicação do extrato do CONTRATO no DOM, apresentar por escrito os nomes e cargos dos respectivos empregados ou representantes designados para serem responsáveis pela gestão e fiscalização do

CONTRATO, nos aspectos técnicos e nos aspectos administrativos, e recebimento das correspondências aqui previstas.

### **39. CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA – DA CONTAGEM DE PRAZOS**

39.1. Os prazos estabelecidos em dias, neste CONTRATO, contar-se-ão em dias corridos, salvo se estiver expressamente feita referência em dias úteis.

39.2. A contagem dos prazos iniciar-se-á no primeiro dia útil subsequente ao fato gerador da contagem do prazo.

39.3. Quando o término de prazos contratuais recair em sábado, domingo, feriado ou em dia sem expediente regular no âmbito da administração do PODER CONCEDENTE, o vencimento ficará automaticamente prorrogado para o primeiro dia útil subsequente.

### **40. CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA – DO EXERCÍCIO DE DIREITOS**

40.1. O não exercício, o exercício tardio ou o exercício parcial de qualquer direito conferido a qualquer das PARTES por este CONTRATO não implicará renúncia, não impedirá o seu exercício posterior, nem caracterizará novação da obrigação correspondente, salvo disposição expressa em contrário neste instrumento.

### **41. CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA – DA INVALIDADE PARCIAL**

41.1. Se qualquer das disposições deste CONTRATO for declarada nula ou inválida, essa declaração não afetará a validade das demais disposições contratuais, que se manterão em pleno vigor.

### **42. CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA – DA PREVENÇÃO À CORRUPÇÃO E ÀS PRÁTICAS ILÍCITAS**

42.1. A CONTRATADA declara conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação, dentre elas, a Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013) e o Decreto Municipal nº 18.389/2019 e se compromete a cumpri-las fielmente, por si e por seus sócios, administradores e colaboradores, bem como exigir o seu cumprimento pelos terceiros por ela contratados.

42.2. As Partes declaram que manterão até o final da vigência deste contrato conduta ética, honesta e transparente na execução do objeto do presente instrumento.

42.3. A CONTRATADA se obriga a, no exercício dos direitos e obrigações previstos neste Contrato:



- a. Não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente;
- b. Adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por ela contratados;
- c. Não empregar, direta ou mediante contrato de serviços ou qualquer outro instrumento, trabalho escravo ou infantil, salvo as exceções legalmente admitidas;
- d. Participar de todos e quaisquer treinamentos eventualmente oferecidos pela CONTRATANTE que sejam relativos a qualquer aspecto que consta da lei anticorrupção ou políticas internas de integridade da CONTRATANTE.

42.4. A CONTRATADA se obriga a comunicar imediatamente a CONTRATANTE, por escrito, caso tome conhecimento de que algum pagamento impróprio tenha sido realizado, direta ou indiretamente, por um de seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por ela contratados.

### **43. CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO**

43.1. Incumbirá ao PODER CONCEDENTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei Federal 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei Federal nº 12.527, de 2011.

### **44. CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA – DO FORO**

44.1. Fica eleito o foro da Circunscrição Judiciária de Uberlândia, para dirimir qualquer controvérsia entre as PARTES decorrentes do CONTRATO, bem como para a execução da sentença arbitral e atendimento de questões urgentes.

44.2. E por assim estarem de pleno acordo com as disposições e condições do CONTRATO, as PARTES o assinam para que se produzam seus efeitos legais e jurídicos.

Uberlândia, [data]

\_\_\_\_\_

[Nome do representante]

[Nome da empresa]

\_\_\_\_\_

[Nome do titular da pasta]

[Nome do órgão contratante]

**Testemunhas:**

1. \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_

CPF/MF Nº \_\_\_\_\_

CPF/MF Nº \_\_\_\_\_

**Nome Arquivo: 9 - Anexo VI - MINUTA DO CONTRATO\_atual\_drive 30-03.pdf**

**Documento assinado de forma digital por Paulo Romes Junqueira**

**Certificado: \*\*IBljANBg\*\*\*\*\*wNSRmvl8\*\*8WKfl\*\*\*\*\*DAQAB**

**Data: 31/03/2026 15:57:27**



**20261320912JOC**